

São Joaquim de Bicas



PRODUTO 7

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS

DEZEMBRO/2017



PREFEITURA MUNICIPAL
DE SÃO JOAQUIM DE BICAS

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PRODUTO 7

DIAGNÓSTICO-SÍNTESE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS

DEZEMBRO/2017

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador do Estado de Minas Gerais

Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador do Estado de Minas Gerais

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)

Carlos Moura Murta

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte | ARMBH - Diretora-Geral

Flávia Mourão Parreira do Amaral

EQUIPE TÉCNICA | ARMBH

Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana

Mateus Almeida Nunes

Comissão Executiva

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

Diretoria de Regulação Metropolitana

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

Assessoria de Comunicação

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

EQUIPE TÉCNICA | UFMG

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Coordenação Técnica

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

Rogério Palhares Zschaber de Araújo, Professor, EA/UFMG

Gerência Operacional

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffenegger, Cedeplar/FACE/UFMG

Gerência Técnica

João Bosco Moura Tonucci Filho, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Coordenação de Mobilização Social

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

Coordenação Interna

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, IFMG - Campus Santa Luzia

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Equipe Técnica

Ana Mourão Oliveira, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hidelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Paulo Henrique da Costa, Assistente de Pesquisa, UFMG

Patrícia Cristina Coutinho Nardini, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

Estagiários

Alice Rennó Werner Soares, EA/UFMG

Alisson Henrique Couto, FACE/UFMG

Ana Carolina Machado Amoni Girundi, EA/UFMG

Ana Carolina Resende Mascarenhas, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Ana Cecília Souza, Design/UFMG

Ana Flávia de Oliveira Porto Maia, GP/UFMG

Brendow de Souza Caldas Butinhol, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

Cintya Guedes Ornelas, EA/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, FAFICH/UFMG

Paulo Henrique Goes Pinto, IGC/UFMG

Pedro Henrique Heliodoro Nascimento, EA/UFMG

Pedro França Magalhães, FACE/UFMG

Pollyana Duarte de Oliveira Silva, IGC/UFMG

Taís Freire de Andrade Clark, EA/UFMG

Thaís Pires Rubioli, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, EA/UFMG

Vivian Borges de Camargos, Arquitetura e Urbanismo/IFMG Santa Luzia

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE SÃO JOAQUIM DE BICAS

Elisa Ribeiro do Vale Augusto Gomes, Representante do Poder Executivo

Ademir Júnior Gomes de Resende, Representante do Poder Executivo

Cleisson Eduardo Arcipreste, Representante do Poder Executivo

Douglas Vinicius Dias Ribeiro, Representante do Poder Executivo

Aécio Pinto Rodrigues, Representante do Poder Legislativo

Edilson Alves de Resende, Representante do Poder Legislativo

Silmara Campos, Representante da Sociedade Civil

Raimundo Bispo Damasceno, Representante da Sociedade Civil

Francisco Hermelino de Resende, Representante da Sociedade Civil

Alexandre Alves de Souza, Representante da Sociedade Civil

Haruna Hama, Representante da Sociedade Civil

Wellington Geraldo Ornelas, Representante da Sociedade Civil

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIS – Área Especial de Interesse Social

APA – Área de Proteção Ambiental

APE – Área de Proteção Especial

APP – Áreas de Preservação Permanente

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

AUÊ - Estudos em Agricultura Urbana (IGC/UFMG)

BH – Belo Horizonte

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CEASAMINAS - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais

CEDEPLAR– Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

COPASA - Companhia De Saneamento De Minas Gerais

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

EE/UFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

EUA – Estados Unidos da América

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FAFICH/UFMG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais

FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

GA – Grupo de Acompanhamento

GP/UFMG – Gestão Pública / Universidade Federal de Minas Gerais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IFMG – Instituto Federal de Minas Gerais

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IPAC - Inventário do Patrimônio Cultural

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano

ISS - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

LUME – Lugares de Urbanidade Metropolitana

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NPGAU/UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

ONG – Organização Não Governamental

PD – Plano Diretor

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SECIR - Secretaria de Cidades e de Integração Regional

SJB – São Joaquim de Bicas

SRTM - Missão Topográfica Radar Shuttle

TVA – Trama Verde Azul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

ZAC-1 – Zona de Atividades Complementares 1

ZAC-2A – Zona de Atividades Complementares 2A

ZAC-2 – Zona de Atividades Complementares 2

ZAC-3 – Zona de Atividades Complementares 3

ZDA – Zona de Diversificação e Adensamento

ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia

ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais

ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos

ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração

ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural

ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação

ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias

ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística

ZDEI – Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial

ZDEM - Zonas de Diretrizes Especiais Metropolitanas

ZDEM-MIN - Zona de Diretrizes Especiais - Territórios Minerários

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZEIS-1 – Zonas Especiais de Interesse Social 1

ZEIS-2 – Zonas Especiais de Interesse Social 2

ZIM – Zonas de Interesse Metropolitano

ZP-1 – Zona de Proteção 1

ZP-2 – Zona de Proteção 2

ZP-3 – Zona de Proteção 3

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Abertura da Oficina – Fala de membros do GA	24
Figura 2 – Fala de abertura UFMG.....	25
Figura 3 – Momento de debates do Grupo 01	30
Figura 4 – Momento de debate no Grupo 02	36
Figura 5 – Mapa de Declividade de São Joaquim de Bicas	67
Figura 6 – Mapa de Fragilidade Geológica de São Joaquim de Bicas	68
Figura 7 – Mapa de Interesse Ambiental de São Joaquim de Bicas	69
Figura 8 – Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em São Joaquim de Bicas	70
Figura 9 – Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano	72
Figura 10 – Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão Perímetro Urbano ..	73
Figura 11 – Proposta Preliminar de Hierarquização Viária.....	76
Figura 12 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana.....	77
Figura 13 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana.....	78
Figura 14 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul	81
Figura 15 – Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal.....	85
Figura 16 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal	86
Figura 17 – Proposta Preliminar Sobrezoneamento Municipal – Detalhe Sede....	87
Figura 18 – Comparação com Macrozoneamento Metropolitano	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resumo Quantitativo da Participação	47
Tabela 2 – Categorias de vias para reestruturação viária	74
Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul.....	80
Tabela 4 – Categorias de Zoneamento	83
Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento.....	84

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	17
PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS	20
1 INTRODUÇÃO	20
2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS	23
2.1 Apresentação Inicial.....	23
2.2 Registro das discussões do Grupo 01	25
2.3 Registro das contribuições do Grupo 02.....	33
3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:	43
3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização.....	43
3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares	44
3.3 Dinâmica e Programação da Oficina	46
3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa	47
4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	48
4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento.....	49
4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados.....	51
4.3 Principais atores sociais convocados	51
4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor	52
4.5 Avaliação e considerações gerais.....	52
5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS.....	54
5.1 Caracterização Geral do Território Municipal.....	54
5.2 Acessibilidade	56

5.3	Seguridade.....	58
5.4	Sustentabilidade.....	59
5.5	Urbanidade.....	62
	PARTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....	63
1	DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL	65
2	ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL.....	67
2.1	Mapeamento das restrições à ocupação	67
2.2	Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano.....	70
2.3	Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária	73
2.4	Propostas preliminares da Trama Verde-Azul.....	78
2.5	Proposta preliminar de zoneamento	81
2.6	Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano	87
	ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO	90
	ANEXO II – LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA.....	91
	ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO	92
	ANEXO IV – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA	94
	ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA	95
	ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA	112
	ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....	116
	ANEXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES	122

APRESENTAÇÃO

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato Nº 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato Nº 002/2016, a Contratada, faz conhecer e entregar o **Produto 7 – Diagnóstico Síntese** – referente ao Processo de Revisão do Plano Diretor do Município **SÃO JOAQUIM DE BICAS**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato nº 002/2016 e o Termo de Referência – TR-DR Nº 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O **Produto 7**, de acordo com o TR-DR Nº 002/2016 faz parte da Etapa 2, Diagnóstico propositivo participativo, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato Nº 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 25, itens 2.7 e 2.8, da TR-DR Nº002/2016:

2.7. Preparação e sistematização do material para a segunda oficina local participativa com a apresentação preliminar do diagnóstico-síntese e com definição coletiva de diretrizes para a proposta de reestruturação territorial (sistema viário principal, áreas adensáveis, áreas de proteção, delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais, áreas que serão utilizadas para infraestrutura: sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda, a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social, centralidades, áreas para agricultura, etc.);

2.8. Elaboração do relatório final do diagnóstico propositivo que inclui as diretrizes pactuadas da proposta de reestruturação urbana e a avaliação final em relação às discrepâncias, convergências e necessárias ou possíveis adequações em relação ao Macrozoneamento Metropolitano;

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do **Produto 7** foram detalhados na página 29 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Critério de aceitação: Relatório contendo a síntese das leituras técnicas e comunitárias, relato das segundas audiências locais participativas, relatórios das diretrizes para as propostas de estrutura urbana pactuadas em audiências locais com base nas leituras técnicas e das leituras comunitárias, e mapeamento básico contemplando: demarcação do novo perímetro urbano; delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais; diretrizes específicas de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana; diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural. O Relatório deverá conter, ainda, análise das adequações e compatibilizações entre as propostas territoriais municipais e as propostas do Macrozoneamento.

Desse modo, com a finalidade de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, esclarece-se, conforme delineado na Nota Metodológica (Item 2), que a elaboração da estrutura deste Produto orientou-se pelos princípios metodológicos apresentados no Produto 3, sobretudo com foco na coerência entre as leituras comunitárias e técnicas e suas possíveis articulações com o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI – da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A estrutura deste Produto 7, portanto, relaciona os conteúdos exigidos e pactuados no âmbito do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016 supracitados à potencialidade transdisciplinar dos estudos temáticos, conforme proposto pelo PDDI-RMBH (2011).

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato N° 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR N°002/2016, entrega-se o Produto 7 do Município de **São Joaquim de Bicas** com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- PARTE 01 – Leituras técnicas e comunitárias
- PARTE 02 – Diretrizes de estruturação territorial

PARTE 01 – LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos abaixo os registros da *Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*¹, os elementos para sua execução e a síntese compilada a partir das leituras técnicas e comunitárias, apresentada durante a audiência pública.

O principal objetivo dessa oficina foi apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar e levantar as principais questões de relevância no contexto municipal de forma a criar um Diagnóstico Propositivo Participativo e a partir dele elaborar, em conjunto, diretrizes preliminares que subsidiaram propostas de reestruturação territorial. A metodologia utilizada nessa oficina acompanhou a estrutura e a experiência das oficinas realizadas pela UFMG ao longo da realização do PDDI-RMBH e do MZ-RMBH e do próprio processo de Revisão de Planos Diretores, adaptada à especificidade do município e da participação e envolvimento local.

Além dos momentos formais da audiência pública, explicitados no relatório de mobilização na Parte 01, a dinâmica proposta se dividiu em duas etapas de trabalho: um primeiro momento de apresentação do diagnóstico síntese, realizado em plenária com todos os presentes, seguido de um segundo momento de roda de conversa, dividindo os participantes em dois grupos com focos específicos. As discussões de cada roda de conversa foram balizadas por um conjunto de "questões instigadoras" elaboradas de acordo com o diagnóstico síntese municipal, que se repetiam para os dois grupos, mas eram expostas em ordens invertidas, de acordo com o foco de cada um deles.

¹ Utilizamos, no decorrer do produto, tanto o título completo da oficina, respeitando o Termo de Referência e o Edital de Convocação de Audiência Pública, como também sua versão reduzida: *Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares*, título simplificado adotado pela equipe nos convites informais e na apresentação da oficina.

A ideia de expor as perguntas em ordens opostas era garantir que cada grupo discutisse mais detidamente as questões de relevância para o foco do grupo (visto que as primeiras perguntas são normalmente debatidas com mais tempo e afimco do que as são apresentadas por último) mas que ao mesmo tempo pudessem passar por todas as questões referentes à estruturação territorial local. Listamos abaixo as perguntas elaboradas para o município de São Joaquim de Bicas, frisando que para o grupo cujo foco era a dinâmica territorial, as perguntas foram apresentadas de 1 a 5, e para o grupo focado na discussão da Trama Verde-Azul as perguntas foram expostas de 5 a 1:

- 1. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento, prevenir a informalidade e lidar com os vazios? Como podemos melhorar a urbanização do município?*
- 2. Como melhorar a integração entre os diversos territórios do município? Como estimular a descentralização de equipamentos e serviços?*
- 3. Como lidar com a potencialidade de integração com o eixo sudoeste no rio Paraopeba (Betim e Mário Campos)? Como ampliar as condições de infraestrutura e diversidade econômica dos Distritos Industriais sem criar ainda mais impactos negativos sobre os bairros vizinhos?*
- 4. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural e da agricultura do município? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?*
- 5. Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul no município? Como minimizar os impactos da atividade minerária sobre as sub-bacias dos Córregos São Joaquim e Farofas?*

Como de costume, cada roda de conversa contou com a moderação de no mínimo três membros da equipe técnica: um coordenador, que conduzia as discussões; um auxiliar, que dessa vez centralizou o trabalho de intervenções no mapa; e um relator, que registrava textualmente o conteúdo e autoria das falas

dos participantes. Cada um dos grupos foi provido com um conjunto de mapas que incluíam mapas de trabalho e mapas de informações auxiliares. Esses mapas foram preliminarmente preparados pela equipe de Geoprocessamento da UFMG e impressos exclusivamente para fins de utilização nesta Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares.

Como havia nessa etapa de trabalho uma preocupação específica com a criação de diretrizes, que não se detinham apenas à territorialidades, um foco maior foi dado aos momentos de reflexão e síntese de forma a gerar pelo menos uma diretriz a partir de cada questão instigadora. O resultado desta oficina será apresentado na Parte 02 deste produto, juntamente com a proposta preliminar de estruturação territorial de São Joaquim de Bicas.

2 RELATO DAS SEGUNDAS AUDIÊNCIAS LOCAIS PARTICIPATIVAS

Segue abaixo um relato da Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares, dividido no registro da apresentação inicial, realizada em plenária, e dos grupos de trabalho que se seguiram.

2.1 Apresentação Inicial

Heloísa Schmidt deu início à Audiência Pública, às 14h10min, e deu boas vindas a todos os presentes. Em seguida, ofereceu a fala ao prefeito. O Sr. Guto Resende, tomou a fala e destacou a importância das manchas dos mapas dispostos nas oficinas para se pensar a cidade de São Joaquim de Bicas. Afirmou a importância de todos participarem para pensar sobre o crescimento da cidade e darem sua opinião. Segundo o prefeito, o planejamento se dá por meio de prioridades, assim como em casa e, por isso, momentos como esse são importantes. Destacou a questão da proximidade com Belo Horizonte e da rodovia Fernão Dias, que gera uma dinâmica maior no município. Por fim, agradeceu a presença de todos os munícipes, da Equipe da UFMG e do Grupo de Acompanhamento.

Heloísa Schmidt tomou, novamente, a palavra e solicitou ao Grupo de Acompanhamento que se apresentasse. Estavam presentes: Wellington, Aline (Sementinha), Elisa (Prefeitura), Haruna (Sociedade Civil), Cleisson (Prefeitura), Douglas (Sociedade Civil), Rafael (Sociedade Civil e responsável pelo Espaço PD), Silmara (EMATER), José Evandro (Sociedade Civil) e Aécio (Vereador).

Em seguida, foram apresentados a Equipe da UFMG e demais setores da Sociedade Civil - Humanitas (do bairro Primavera), produtores rurais (região da Farofa), moradores do bairro Recreio do Lago II e empreendedoras – e do Setor Público - vereadores (Maíse, Anderson, Professor Cidão e Aécio) e servidores públicos dos diversos setores.

Figura 1 –Abertura da Oficina – Fala de membros do GA



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Heloísa deu lugar ao vice-prefeito Rodrigo, que destacou a importância desse momento de debate, inclusive, com a presença dos empreendedores que pretendem investir na cidade, para que este se dê de acordo com o planejamento desejado por toda a população.

Em seguida, Heloísa Schmidt cedeu a palavra ao Bruno Fernandes, da Equipe da UFMG, para apresentar o retorno da Diretrizes e Propostas Preliminares e explicar o funcionamento da dinâmica da Audiência.

Bruno retomou, então, o cronograma do trabalho de revisão do Plano Diretor de São Joaquim de Bicas, que se divide em quatro etapas, localizando o ponto atual na Etapa II, de retorno do diagnóstico elaborado pela Equipe da UFMG após a oficina. Em seguida, apresentou o retorno da Leitura Técnica segundo os eixos do PDDI-RMBH: Segurança, Sustentabilidade, Acessibilidade e Urbanidade. Para cada eixo, foram apresentados os ícones com as cores verde, amarelo e vermelho, conforme o grau de alerta. Foram, então, retomadas as diretrizes orientadoras da Proposta de Reestruturação Territorial, do PDDI-RMBH, e da Proposta da Trama Verde Azul, do MZ-RMBH.

Figura 2 – Fala de abertura UFMG



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Em seguida, Bruno explicou o funcionamento da dinâmica da oficina e apresentou as cinco questões orientadoras dos trabalhos em grupo.

Heloísa Schmidt, da Equipe da UFMG, convidou, então, os presentes para um lanche para, depois, se direcionarem para a realização da dinâmica.

2.2 Registro das discussões do Grupo 01

O encontro foi aberto por Bruno Fernandes com a apresentação da dinâmica de trabalho e dos mapas disponíveis para discussão. Na sequência foram discutidas as questões anteriormente apresentadas na sequência.

QUESTÃO 01

Silvania (bairro primavera) – defendeu que uma das estradas de acesso ao bairro não deveria existir por estar em área ciliar; destacou a falta de infraestrutura para crescimento do bairro, a existência de fazendas que estão inseridas em meio urbano e que dificultam o desenvolvimento de outras regiões;

defendeu reavaliar a produtividade das fazendas existentes e passar a cobrar IPTU das fazendas em área urbana.

Leila (bairro Fernando Costa) – lembrou que a fazenda inserida em meio urbano não necessariamente é um problema, pois gera empregos.

Anderson (vereador) – também destacou que não tem como encurtar as distâncias entre os bairros; lembrou que fazendas de empresário da região geram empregos e impostos para o município; relatou que o bairro Primavera pertence a um médico que deixou o bairro ao descaso; reclamou do acesso ao Barras e do acesso difícil, escuro e ermo ao bairro Primavera.

Silmara (Emater) – sugeriu melhorar os acessos; lembrou que as fazendas já estavam lá antes do urbano; destacou que o acesso ao Primavera não respeita a mata ciliar e lembrou que na localidade tem lote para receber metade da população.

Anderson – relatou que um proprietário possui vários lotes para fins de especulação; mesmo no centro existe uma especulação muito grande de lotes de um mesmo proprietário; seria positivo se todos os lotes pagassem impostos.

Silmara – lembrou que o produtor rural também paga imposto; destacou o problema da água; sugeriu criar diretrizes para segurar água dez milhões de reais.

Diretrizes: Criar infraestruturas para os bairros já existentes e restringir loteamentos novas áreas; restringir concentração de lotes na mão de poucos.

Prof. Sidão – propôs unificar bairros que são pequenos; relatou correios não atendem alguns bairros por serem pequenos e não possuírem população suficiente.

Leila – reforçou que alguns bairros não recebem correios (**bairros marcados no mapa n°1**).

Aurélio – lembrou de várias áreas de fazenda que estão à venda e que podem fomentar a criação de áreas de indústrias, transportadoras, logísticas etc.

Foram também destacadas áreas que já são de galpão e que poderiam ser aproveitadas para áreas de empresas, por serem próximas a BR; estas regiões estão à venda (**as duas áreas estão marcadas com o número 2 no mapa**).

QUESTÃO 02

Falta de acessibilidade

Paulo – relatou que São Joaquim de Bicas não possui centro, as coisas são resolvidas em Igarapé e são longe.

Silvânia – relatou que as fazendas bloqueiam o acesso ao centro.

Leila – destacou o mal planejamento; a fazenda já existia, faltou planejamento do crescimento urbano.

João Roberto – lembrou do crescimento desordenado; sugeriu que o acesso existente deve ser melhorado.

Cleide – questionou como evitar o crescimento; presídio em uma estrada com dificuldade; polícia não respeita a velocidade das vias; relatou que o presídio não trouxe melhorias.

Jeziel – defendeu que não se pode evitar o crescimento, o problema é o planejamento; voltando a primeira questão, defendeu que não se deve fazer mais bairro, deve-se levar infraestrutura básica para os existentes; lembrou que no Farofa existe um ponto de recebimento dos correios e os moradores devem buscar lá, mas destacou problemas com numeração duplicada;

Silvânia – lembrou que para melhorar os bairros precisa de dinheiro e a população não paga imposto; demandou uma forma digna de transitar no bairro; destacou ainda as poucas opções de transporte para BH;

Miguel – relatou dificuldade de transporte e a ausência de ônibus para Betim; defendeu a necessidade de um bota fora, pois está perdendo serviço por não ter lugar para jogar entulho (carroceiro); defendeu que o município não precisa de presídio.

Vitor – destacou que a infraestrutura e o transporte são deficitários.

Silvânia – reivindicou mais pontos de coleta de lixo e relatou problemas com entulhos.

Jecivaldo – lembrou que em Contagem havia a existência de caçambas.

Anderson – frisou que a elaboração do Código de Postura do município está em andamento.

Henrique – destacou o emplacamento de carroceiros (quatorze já existentes há 3 anos), mas lembrou que não colocaram o bota-fora.

Diretrizes: Melhorar infraestrutura e acessos intramunicipal.

Questão 03

Débora – destacou que muitas pessoas donas de van fazem o transporte universitário e que seria importante regularizar.

Anderson – lembrou que Sidão (vereador) já tentou um projeto, mas a regularização é dificultada pela necessidade de se criar rotas e horário que não coincidem com o interesse dos donos de vans; destacou que Igarapé coloca mais ônibus dentro do bairro Farofa que São Joaquim de Bicas.

Jeziel – reforçou que o ônibus de São Joaquim de Bicas para o Farofa é melhor que o para o Primavera.

Eliane – destacou que Igarapé oferta mais serviços que atendem a população melhor que São Joaquim de Bicas; relatou também que a assistência ao agricultor em Bicas não existe.

Anderson – lembrou que Bicas é recente em comparação com Igarapé e traz problemas desde a emancipação; defendeu a criação de projeto de lei para IPTU progressivo; defendeu a necessidade de audiência pública para implantação de cadeias.

Leila – ponderou que a prisão trouxe o aumento de população que ocupou áreas através de invasão e de modo desordenado.

Vitor – sugeriu que pessoas que possuem vários lotes deveriam pagar um IPTU mais alto pela posse do segundo lote.

Região do Farofa marcado no mapa

Bruno Fernandes fez uma breve explicação do IPTU progressivo.

Vanda – defendeu que um Parque Industrial traria benefícios para a cidade; relatou que no bairro Primavera há dificuldade de arrumar trabalho porque em BH os empregadores não querem pagar transporte para o empregado; destacou ainda que no Primavera não há acesso, nem posto de saúde; destacou a necessidade de se trazer investimentos para o município; ressalta que não se vê benefícios trazidos para o município;

Miguel – relatou dificuldades de conseguir serviços de água, luz, transporte, posto de saúde, escolas, asfalto, esgoto, segurança no bairro Primavera.

Sidão – defendeu alterar a alíquota do ISS do município para atrair investimentos; lembrou ainda que em Igarapé se paga menos na aprovação de projetos em São Joaquim de Bicas e que empresários evitam o município para não pagarem as taxas.

Diretrizes: considerar a revisão de taxas no município.

Figura 3 – Momento de debates do Grupo 01



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Silmara – defendeu a realização de regularização fundiária; relatou a inadimplência por conta de problemas com a titularidades dos lotes.

Aurélio – destacou que em Igarapé se cobram impostos mesmo dos loteamentos irregulares;

Silvania – defendeu que pessoas em loteamentos invadidos há muito tempo devem ser regularizados para pagarem impostos.

Henrique – ponderou que o grande problema é invasão; o não pagamento de impostos gera custos ao município; relatou que a ocupação de 70% do território do município é fruto de invasão.

Cleide – reclamou da falta de organização no município.

04 Questão

Jeziel (produtor) – defendeu a preservação de áreas verdes e de nascentes; destacou problemas com relação ao acesso água e com aluguel na área rural

(arrendamento); relatou que a invasão do MST não tem produção e os produtores sem-terra promovem queimadas da serra do Farofa.

Paulo – destacou que existem lotes que deveriam ser áreas de preservação, pois possuem inclinação elevada; destacou que em Igarapé cada proprietário deve cercar e replantar 30 metros do leito do rio, assim como em São Joaquim de Bicas).

Sidão – Defendeu um turismo “receptivo”, no qual os próprios agricultores receberiam os turistas; defendeu também um trabalho educacional nas escolas em relação ao turismo.

Existência de várias rotas para agro turismo marcada no mapa número 3

Jecivaldo – reclamou da utilização de agrotóxicos que prejudicam outros moradores e relatou preocupação com intoxicação.

Paulo – frisou que comer verdura com recente aplicação de agrotóxico pode causar mal.

Solange – descreveu sua visita a Mário Campos e sugeriu incentivar a produção orgânica sem agrotóxico; sugeriu ainda a criação outras atividades ligadas a produção agrícola e ecológica, como agroturismo.

Silmara – lembrou que propriedades com grandes declividades devem servir de área de proteção e captação de água; defendeu reforma agrária para produtores que precisam alugar a terra; alertou que é preciso cuidado ao consumir produtos recentemente “agrototoxicados” que são permitidos em área rural; sugeriu excursões para conscientizar a implantação da agroecologia; destacou a necessidade de se desenvolver um trabalho com os produtores; defendeu estabelecer, em conversa com ciclistas, rotas em propriedades rurais; ressaltou a importância da inserção do meio rural sendo tratado no Plano Diretor; destacou o projeto do PSA que já consta no PDDI e já está em andamento; lembrou que agroecologia já existe entre alguns produtores que substituem o agrotóxico por outros métodos; defendeu a sustentabilidade pensada como produção e consumo

interno; defendeu a necessidade de uma forma (como o PENAI) de escoamento da produção dentro do próprio município (o barracão do produtor, por exemplo, hoje subutilizado, poderia ser um minimercado para grandes empresas do próprio município, o que afetaria a qualidade de vida do produtor).

Diretrizes: Desenvolver processos de valorização e proteção de áreas verdes para captação de água; Incentivar mudança na forma de produção agrícola, transitando para modelos sem o uso de agrotóxicos.

Vitor – defendeu que o turismo ecológico também deve contemplar plantações ecológicas como diferencial e a compra direta com produtor pela prefeitura, incentivando, assim, o produtor local.

Jeziel – lembrou que o problema das nascentes passa por vários produtores; as destacou também que as pessoas não respeitam a produção, pedindo sempre alimentos que nem sempre está no ponto certo de coleta.

Paulo – reclamou da falta de qualidade da alimentação nas escolas.

Diretrizes: Diminuir os atravessadores e criar o escoamento dos produtos agrícola internamente.

Ao final, o grupo sistematizou as diretrizes debatidas no encontro.

DIRETRIZES:

- Criar infraestruturas para os bairros já existentes e restringir loteamentos em novas áreas; combater a concentração de lotes na mão de poucos;
- Melhorar infraestrutura e acessos intramunicipal;
- Considerar a revisão de taxas municipais;
- Desenvolver processos de valorização e proteção de áreas verdes para captação de água;

- Incentivar mudança na forma de produção agrícola, privilegiando métodos que não utilizem agrotóxicos;
- Diminuir os atravessadores e criar o escoamento dos produtos agrícola internamente;

O sr. Bruno Fernandes então encerrou as atividades e agradeceu a participação de todos.

2.3 Registro das contribuições do Grupo 02

Luiz Felype, da Equipe UFMG, coordenou o momento da dinâmica em grupo. Destacou a importância de todos pensarem de maneira mais orientada e propositiva nessa etapa da Oficina no que concerne às questões sobre o município. Apresentou os mapas disponíveis para a dinâmica, a saber: (i) mapa de tipologias do uso do solo; (ii) mapa de fragilidade ambiental; (iii) mapa de cobertura do território; e (iv) mapa do município a ser preenchido pela auxiliar Daniela Adil, relativo a questões pertinentes ao longo da oficina. Devido ao arranjo espacial da dinâmica, Luiz Felype destacou que os mapas estarão circulando nas mãos dos presentes.

Assim, partiu para a primeira questão sobre a Trama Verde Azul. Explicou que se trata de um questionamento sobre a forma que a questão ambiental, urbana e rural podem se integrar territorialmente.

O Sr. Aécio, vereador, levantou que, pelos mapas do MZ-RMBH, não foi identificada uma área em que o município de São Joaquim de Bicas se insere nesse processo. Luiz explicou que as oficinas serão o insumo para identificar essas localidades. Daniela destacou que como o MZ-RMBH foi realizado em uma escala macro, nem todos os municípios foram tratado com um nível de detalhamento. Contudo, as diretrizes da TVA estão postas para todos os municípios. Destacou, assim, a importância de pensar na ideia de conexão de redes, recursos hídricos, vias, etc. voltadas para os usos possíveis.

O Sr. José Evandro destacou que o Rio Paraopeba é uma área potencial de turismo e a possibilidades de aproveitamento para o seu reflorestamento através da criação de parques. Destacou que existem outras áreas ainda de nascentes que estão sendo degradadas e não sendo utilizadas com fins sociais. Para o município, uma solução é a identificação dessas áreas por parte do município e sua destinação a parques, áreas de preservação e outros, de modo a preservá-las do impacto de invasões.

- *Estabelecimento do eixo do Rio Paraopeba como TVA, promovendo o aproveitamento de suas margens para a construção de equipamentos para promoção da TVA e incluindo as APAs existentes.*
- *Demarcação das nascentes no município, de modo a integrá-las com a TVA.*

A Sra. Mariana, empreendedora, destacou que nessa identificação das áreas de recursos hídricos é preciso ter cautela devido ao excesso de recursos hídricos em São Joaquim de Bicas. Isso porque há muitos recursos no município localizados mesmo em áreas onde tem ocorrido o crescimento e a urbanização. Assim, há um conflito entre o crescimento natural do município e a preservação dos recursos hídricos, que ocorrem até mesmo dentro dos bairros.

O Sr. Wellington, do GA, destacou a região da Serra, onde ocorre a exploração de minério prejudicando muitas nascentes. Segundo o morador, na elaboração da Trama, é importante pensar em uma forma de mapear localidades na Serra que devem ser preservadas, como cavernas, habitats de espécies de pássaros típicos da região, etc. Assim, é preciso trabalhar com aquilo que não foi ainda licenciado para a exploração da mineradora, de modo a tornar tais áreas inegociáveis. O morador trouxe o exemplo do Bairro Carandaí como um insucesso nesse sentido. Assim, diante da necessidade de exploração do minério, é preciso que os benefícios sejam distribuídos para aqueles mais prejudicados, como o produtor rural, e que os impactos sejam mitigados.

- *Integração da região da Serra ao eixo da TVA.*

- *Criação de sistemas de compensação para a população direta e indiretamente afetada pela atividade minerária.*

O Sr. Bruno destacou que, talvez a pergunta não seja crescer ou não, mas onde crescer e urbanizar, de modo que o progresso não atropela o próprio município. A questão da contaminação dos recursos hídricos pela mineração, por exemplo, é algo que deveria ser prioridade, considerando o impacto para as gerações futuras. Destacou que há matas com potencial de conversação ambiental que estão sob pressão de bairros no entorno, a saber: (i) onde se localiza o Cadeião (o local é rico em Braúnas); e (ii) o bairro Farofa.

- *Identificação de áreas de recarga (áreas de vegetação degradadas ou não) e sua integração à TVA.*

O Sr. Aécio destacou que, na RMBH, a intenção da TVA é o desenvolvimento sem perder a questão metropolitana. Nesse sentido, a identificação das áreas agropecuárias, voltadas para a segurança alimentar, é importante, de modo que o desenvolvimento urbano não atropela esses processos. O uso de agrotóxicos é outro elemento a ser questionado nesse sentido, uma vez que a produção local também abastece a RMBH.

A Sra. Mariana destacou que é preciso olhar também para São Joaquim de Bicas como um município com muito mais áreas de pastagens que de uso agrícola, de modo que é preciso repensar qual é a economia que favorece o terreno municipal.

- *Desenvolvimento do arranjo produtivo da pecuária no município.*

O Sr. José Evandro destacou que o município não possui um estudo sobre estabelecer uma reserva hídrica para as necessidades municipais, uma vez que não há condição de fazer uma lagoa ou represa para garantir a longevidade do recurso no município. Assim, sugere criar um local de reservatório e agrega-lo à TVA, inclusive com agregação de valor, a partir do turismo.

Figura 4 – Momento de debate no Grupo 02



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O Sr. Odair, agricultor, do Bairro Nossa Senhora da Paz, no Farofa, destacou que a agricultura tem sofrido com a ausência de disponibilidade de água para a irrigação. A ausência de chuvas perenes tem desfavorecido os processos de abastecimento. Segundo o Sr. José Evandro, esse problema se deve ao desmatamento e o assoreamento dos rios. Luiz, da UFMG, destacou, então, a importância de pensar em alternativas para o problema dos recursos hídricos na região.

O Sr. Bruno destacou que a legislação deveria ser menos proibitiva e focar mais no propositivo, pois nem todo produtor é capaz de arcar com tais proibições. A Sra. Mariana denunciou que o lençol freático do município é usado ilegalmente por diversos moradores, através da construção de cisternas. Assim, antes de se pensar na construção do reservatório, a moradora insistiu que seria necessário realizar a fiscalização do uso ilegal do lençol freático, pois muitos recursos estão sendo retidos dentro das casas.

- *Uso consciente e sustentável do recurso hídrico.*

O Sr. José Evandro destacou que na cidade 80% das pessoas não tem água tratada, assim a alternativa é o uso de uma mina ou por meio da cisterna, de modo a garantir subsistência. Assim, não se trata de uma questão simples, pois em muitos casos, é a única opção dos moradores. Por outro lado, há o uso industrial de uma quantidade exorbitante de água legalmente, assim, é preciso de se pensar no que seria mais justo para a população.

O Sr. João, da ONG Humanitas, destacou que a cidade tem que trabalhar primeiro para depois colocar o morador; a cidade deveria crescer de dentro para fora. A Sra. Rose destacou que a educação nas escolas para conscientização também é muito importante, pois muitos moradores nem mesmo sabem que é ilegal a montagem das cisternas.

O Sr. Benvindo, do Açoita-Cavalo, quis se ater à importância de minimizar a atividade minerária: as três nascentes que cortam o município são historicamente impactadas pela atividade com destaque mais recentemente, pela MMX. Assim, o município tem que pensar na questão da agroecologia, olhando para a água para além de uma mercadoria a servir à atividade minerária.

- *Incentivo à práticas de agroecologia e de permacultura.*

O Sr. Cleisson quis destacar, a respeito da degradação no município, que os erros do passado devem ser evitados no futuro. Assim, destacou algumas medidas que a prefeitura tem tomado, como o Projeto das Barraginhas.

Daniela, da UFMG, apresentou o mapa que estava sendo elaborado e questionou se as bacias do Farofa e do Elias também não deveriam ser inseridas no eixo da TVA do Rio Paraopeba.

- *Inclusão de cursos d'água das bacias do Farofa e do Elias no eixo da TVA.*

O Sr. Wellington destacou que há um trecho do Córrego São Joaquim onde está sendo estudado pela COPASA a canalização e construção de uma ETE para o tratamento do esgoto. Assim, para o morador, a conservação do Córrego São Joaquim é importante, mas é preciso concentrar o foco no Córrego Farofas e no

Córrego Batata (que está inclusive inserido na APA municipal e poderia ser aquele destinado à construção da represa, pois está isento de poluição). A Sra. Mariana destacou que esteve em reunião com a COPASA e já esta sendo encaminhado o processo de licitação das obras.

Luiz Felype destacou que a TVA inclui também o urbano, de modo que não se trata somente de áreas de preservação ambiental. Assim, é possível coincidir o uso urbano com a sustentabilidade ambiental.

Luiz Felype passou, então, para a próxima questão, relativa às riquezas municipais. O Sr. Bruno destacou como alguns agricultores se direcionam a outros municípios devido à crise hídrica. O Sr. José Evandro colocou que há uma área a ser explorada pelo turismo (proximidade com Inhotim, Serra, Rio, área agrícola). Destacou também que seria interessante se a agroindústria, para beneficiamento da produção local, se deslocasse para o município.

A Sra. Mariana destacou a importância de trazer uma escola agrícola para o município, considerando a presença de diversos produtores; construindo, assim, um campo de pesquisa local, através da associação com instituições de pesquisa, como a UFMG. São Joaquim de Bicas teria potencial para virar um polo de tecnologia agrária e isso deveria ser explorado para promover a riqueza do município. Destacou ainda um sistema de compensação econômico-financeiro para a vinda de novas empresas.

- *Criação de um sistema de compensação econômica de incentivos para a vinda de novas empresas.*

Algumas áreas a serem utilizadas estão na área da FHEMIG, quebrando um ciclo pesado do presídio. Além disso, destacou que serviços de hotelaria poderiam agregar valor à produção local. Para o turismo, uma área potencial é a ligação férrea até o Inhotim. O Sr. Bruno destacou ainda o Feixo do Funil, patrimônio histórico cultural da região, e onde há casas abandonadas, de propriedade da MMX. O Sr. José Evandro destacou ainda que o turismo poderia ser agregado com um polo gastronômico na região do Farofa. Destacou que a concentração

nas mãos da empresa compromete o uso sustentável do local. A Sra. Mariana destacou que a presença de um projeto compensador em contrapartida poderia ser uma opção para a realização de novos projetos. Lembrou que havia um projeto de um Parque Ecológico a ser construído pela MMX, mas que caiu por terra devido à crise da empresa. Assim, falta um projeto de sustentabilidade de compensação da empresa que não seja um projeto de gaveta.

O Sr. Benvindo destacou que é preciso refletir nas possibilidades de se criar no nível municipal mecanismos de impedir que a extração minerária afetasse tanto a vida dos pequenos produtores familiares. É preciso programas no entorno do Açoita-Cavalo e Farofa de incentivo à agroindústria nos quais houvesse favorecimento das Associações presentes, pois somente os interesses da atividade minerária prevalecem, mesmo em uma época em que a atividade está declinando.

- *Melhor articulação da atividade minerária com todas as outras questões ambientais (recursos hídricos) e produtivas (agropecuária, turismo ecológico e gastronômico) do município.*

O Sr. Bruno destacou a importância da equipa da UFMG nesse processo, agregando informações para o município, trazendo questões importantes a serem pensadas pelos munícipes. Assim, é importante que a informação seja difundida por outros mecanismos para além do esforço da Prefeitura. Ainda tem o impacto do Inhotim, que tem pouca articulação com o entorno.

O Sr. Aécio destacou a importância de haver uma compensação ambiental anterior à degradação, reforçando a importância de que essa compensação se dê no próprio município degradado.

- *Criação de um licenciamento municipal, a ser regulamentado por lei específica do município, de modo a adiantar o sistema de compensação.*

O Sr. Bruno destacou, ainda, as dificuldades de acesso a municípios como, por exemplo, Mário Campos. Assim, Luiz, da equipe técnica, entrou na próxima

questão sobre a integração metropolitana. O Sr. Bruno destacou que os acessos se deram de forma não planejada. Nesse sentido, destacou a importância de se pensar em polos mais fracionados, como Betim, explodindo de BH. Nesse sentido, destacou o tempo que se gasta para levar a produção até o CEASAMINAS.

- *Pensar no médio longo prazo a estrutura de acesso e mobilidade com o entorno municipal.*
- *Criação de novos espaços locais de distribuição da produção agrícola, integrado em rede com CEASAMINAS.*

A Sra. Mariana destacou a importância da associação entre os municípios para se pensar nessa questão da melhoria de estradas e de acesso, pois é de interesse de todos. Assim, é preciso que haja um trabalho de estudo das vias existentes.

- *Criação de consórcios intermunicipais para promover a melhoria da estrutura viária.*

O Sr. Benvindo destacou a presença de um distrito industrial localizado próximo do Farofa para a construção de piscinas, enquanto há, nas margens da BR-381, uma área enorme que poderia se utilizada. Daniela, da Equipe da UFMG, destacou que essas discussões territoriais relativas à localização dos distritos industriais tem sido tema de discussão com o GA, presente inclusive na Visita Técnica. A Sra. Mariana destacou que já está sendo feita terraplanagem às margens da BR-381 na região do Capão da Cruz.

- *Articulação da indústria com o eixo viário da BR-381.*

O Sr. José Evandro destacou, ainda, que a interligação de São Joaquim de Bicas e Mário Campos que facilitaria o acesso dos demais municípios à BR-381. Mas frisou que existem dificuldades de realização do projeto por questões orçamentárias. Levantou, ainda, a existência de dois eixos de produção (Citrolândia e Farofas) desconectados pelo sistema viário.

Por fim, Luiz Felipe quis trabalhar a questão do crescimento urbano do município. A Sra. Elisa, do GA, destacou que acha que não precisa aumentar a mancha urbana para realização de novos loteamentos no município. Assim, destacou a importância de tornar os loteamentos atuais providos de infraestrutura. O Sr. José Evandro destacou que há fazendas no perímetro urbano e localidades de periferia, para as quais levar a infraestrutura é muito oneroso. Assim, destacou a importância de criar formas de condomínio, parque ou outros processos que garantam o acesso aos bairros, pois muitos deles são inacessíveis ou com acessibilidade limitada, devido à existência de fazendas (grandes lotes) ou outras barreiras físicas. A Sra. Mariana destacou que, na limitação da expansão da mancha urbana, é preciso preocupar-se com o crescimento vertical. Destacou que houve decreto de uma lei que proibiu condomínios residenciais fechados na região. Porém, a moradora levantou a possibilidade de criação de condomínios fechados e demais medidas para inibir o crescimento vertical, de modo a não descaracterizar o ar interiorano do município.

- *Redução do espraiamento da mancha urbana no território, utilizando-se das áreas do perímetro existente para promover as tipologias planejadas de ocupação.*

O Sr. Bruno, empreendedor e agricultor, destacou a importância da identificação das aptidões agrárias da terra do município como uma possibilidade de entender melhor o uso do solo. Também criticou a alta burocracia, que muitas vezes se torna uma proibição para aquele que não detém informação.

O Sr. Wellington destacou ainda a importância da regularização fundiária no município.

- *Promoção da regularização fundiária no município.*

Assim, Luiz levantou os próximos passos a serem realizados com o material sistematizado neste momento. Apresentou novamente o site do projeto e lembrou todos os presentes da existência do Espaço Plano Diretor, para que tenham

acesso do que está sendo produzido. Em seguida, encerrou a dinâmica e agradeceu a presença de todos.

3 RELATÓRIO DESCRITIVO DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Este relatório sistematiza a terceira fase do processo participativo da Revisão dos Planos Diretores da RMBH. Neste capítulo, descreveremos o processo de mobilização para a Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de São Joaquim de Bicas, realizada no dia 25 de setembro de 2017.

3.1 Processo Participativo e o suporte da Mobilização

A Agência Metropolitana estabeleceu em edital uma agenda comunitária composta de audiências públicas abertas e com ampla convocação da sociedade civil organizada. Em verdade, esse rito foi definido pelo Estatuto da Cidade à luz da Constituição de 88 que vinculou a formulação dos marcos legais a um processo de planejamento participativo e gestão integrada. A distinção atual para a RMBH, é que os municípios da região metropolitana deveriam revisar os seus planos levando em consideração o PDDI e o Estatuto da Metrópole harmonizando a estruturação territorial e fortalecendo a cidadania metropolitana.

Colocada de forma sintética, essa agenda pública previa 4 fases básicas de construção participativa do novo Plano Diretor:

1. Evento de Lançamento público da revisão do PD e eleição do Grupo de Acompanhamento;
2. Oficina de Diagnóstico do município e levantamento de questões apontadas pela sociedade – Leitura Comunitária;
3. Oficina devolutiva da UFMG da síntese do Diagnóstico (leituras técnica e comunitária) e apontamento de Diretrizes e Propostas preliminares;
4. Oficina de apresentação da Proposta Preliminar do Plano Diretor Municipal em vistas a formulação do Projeto de Lei.

Essas audiências públicas deveriam ser complementadas e fortalecidas com Consultas a legislação e Estudos técnicos diversos, Difusão ampla de informações, Elaboração de relatórios, Visitas de campo, Reuniões intersetoriais da equipe da UFMG, reuniões dos Grupos de Acompanhamento e eventos internos reunindo esporadicamente UFMG, Agência Metropolitana, LUMEs, GAs e atores afins ao processo. Além disso foram efetivados os Espaços Plano Diretor em cada um dos municípios envolvidos na Revisão dos Planos Diretores.

Responsável por garantir que os eventos supracitados ocorram com segurança e qualidade participativa - com estreita relação com a Comunicação e LUMEs, a Equipe de Mobilização Social participa na definição de toda agenda interna e externa; colabora na definição dos textos e dos instrumentos de comunicação utilizados (editais, convites, convocatórias...); constrói a rede de contatos locais; articula com prefeitura, câmara e sociedade organizada (telefonema, redes sociais e corpo a corpo...); verifica a logística dos espaços (auditórios, mobiliário, equipamentos,...); garante o credenciamento dos participantes; propõe a metodologia dos encontros (programação, dinâmicas, tempos...) e conduz a pauta visando que as audiências tenham produtividade. Em resumo, promove a mobilização social buscando garantir que ocorra um planejamento participativo equilibrando dimensões como o saber acadêmico e o popular advindo do cotidiano vivido.

3.2 Relato da Mobilização da Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares

Pode-se afirmar que a Audiência Pública: Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares da Revisão do Plano Diretor de São Joaquim de Bicas realizada no dia 25 de setembro de 2017 deu continuidade ao processo participativo iniciado em novembro de 2016. Foi um momento importante no sentido de ampliar e intensificar o envolvimento da sociedade local na discussão da revisão do plano diretor municipal e sua relação com o plano metropolitano.

Um diferencial que vem qualificando este processo participativo da revisão dos planos diretores municipais em comparação com o processo desenvolvido quando da elaboração do Plano Diretor Desenvolvimento Integrado da RMBH (PDDI -2010-2011) e do Projeto do Macrozoneamento da RMBH (2014-2015) que contou com a participação ativa de representantes do poder público local e segmentos da sociedade civil organizada foi a implantação do Espaço Plano Diretor e a formação do Grupo de Acompanhamento. Para além de reuniões e atividades restritas à agenda do projeto de revisão do plano diretor e coordenada pela equipe técnica da UFMG a comunidade local, por meio do LUME - lugar de urbanidade metropolitana - em construção e do GA vem constituindo um reforço importante no processo participativo.

Para se atingir estes objetivos educativos e organizativos tem sido importante a interlocução permanente com o Espaço Plano Diretor, o Grupo de Acompanhamento na perspectiva de fortalecimento do LUME local. Essas instâncias vêm se constituindo em interlocutores prioritários da equipe de mobilização para a qualificação do processo participativo.

De forma complementar e reforçando a mobilização do município a equipe de mobilização contatou as entidades e/ou instituições da sociedade civil relacionadas no banco de dados do projeto do PDDI e macrozoneamento, em especial, lideranças atuantes na causa metropolitana no referido município.

Para a realização da audiência pública: oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de São Joaquim de Bicas foram realizados uma média de 15 contatos telefônicos para reforço dos convites para pessoas referências e demandas para viabilizar a logística e organização da oficina técnica.

Entre as principais atividades realizadas pela equipe de mobilização destacam-se:

- agendamento da audiência;
- apoio a equipe local no processo de preparação da oficina;
- suporte na preparação do edital de convocação;

- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- diretrizes para viabilizar a escolha dos locais do encontro e das oficinas;
- garantia de disponibilidade de data show, computador, som
- oferta de lanche como contrapartida da prefeitura e segundo sua possibilidade orçamentária para a oficina;
- execução do credenciamento: listas de presença e crachás;
- condução geral e suporte na dinâmica dos trabalhos em grupo facilitados pela equipe da UFMG.

Segue em anexo documentação enviada aos municípios pela equipe de mobilização para viabilizar organização e logística da Oficina, a saber: (a) minuta do edital de convocação - Anexo 1; (b) Lista de providências para organização e logística da Oficina - Anexo 2; (c) Material gráfico de apoio à mobilização elaborado pela equipe de comunicação da UFMG: convite e memes

3.3 Dinâmica e Programação da Oficina

A dinâmica da Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares foi dividida em três momentos, a saber: (a) credenciamento, acolhida institucional, apresentação do Grupo de Acompanhamento e demais participantes e da pauta; (b) resgate histórico do projeto de revisão do plano diretor e retorno sistematizado das discussões da primeira oficina de leitura comunitária e dos estudos técnicos pela UFMG; (c) rodas de conversa: diretrizes e propostas para o plano diretor municipal.

A dinâmica das rodas de conversa é interativa a partir da intervenção em mapas do município instigada por questões elaboradas pela equipe técnica, a saber: o crescimento e a expansão urbana; a trama verde e azul; as potencialidades turísticas, econômicas e culturais e as propostas para o plano de mobilidade municipal.

Coube à equipe de mobilização a execução do credenciamento, a condução geral da oficina e suporte na dinâmica das rodas de conversa facilitadas pela equipe da UFMG. Segue em anexo apresentação da programação da oficina - Anexo 4.

3.4 Participação Quantitativa e Qualitativa

A oficina foi realizada no dia 25 de setembro de 2017 no Teatro Municipal José Jacinto de Freitas das 13:30 às 17:30. Contou com a presença de (cento e duas) 102 pessoas, conforme descrito na avaliação participativa quantitativa e qualitativa abaixo relacionada:

Tabela 1 – Resumo Quantitativo da Participação

Poder Público Executivo	Poder Público Legislativo	Sociedade e Civil	UFMG	ARMBH	Total de Participantes
20	06	68	07	07	102

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

No total de cento e dois (102) participantes destacam-se nove (09) membros do Grupo de Acompanhamento, sendo três (03) do executivo, dois (02) do legislativo e quatro (04) da sociedade civil e mais um (01) do grupo de apoio. Estiveram presentes o Prefeito e o Vice Prefeito Municipal além de uma representação significativa dos servidores públicos (20) das respectivas secretarias municipais. Contou ainda com a representação da CEMIG (01) e da procuradoria do município (02). A Emater estava presente e um número expressivo de produtores rurais da região do Farofa. Havia uma representação da ONG Humanitas do bairro Primavera e moradores do Recreio Lago 2 e do Centro. Em caráter experimental e atendendo solicitação do GA a oficina foi realizada no período da tarde para facilitar a participação da comunidade e do secretariado municipal, o que foi avaliado como muito positivo, repercutindo na ampliação da representação comparada com a primeira oficina de leitura comunitária.

4 RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DO GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

O presente relatório traz informações relativas ao registro e relato das atividades empreendidas para implantação do Espaço Plano Diretor do Município de São Joaquim de Bicas, no processo de preparação para a audiência de leitura comunitária.

É fundamental destacar que em tal período a equipe UFMG dedicou-se a realizar encontros, reuniões e comunicações escritas com o grupo de acompanhamento com os seguintes objetivos:

- Dar sequência às atividades de apoio e orientação das atividades do grupo de acompanhamento, conforme definido na metodologia de trabalho;
- Acompanhar e mediar as atividades do Grupo de Acompanhamento no que se refere à mobilização da comunidade para participação na audiência de leitura comunitária;
- Dar suporte para a realização da audiência de leitura comunitária.

Considerando tais objetivos, o relatório que se segue está dividido em dois tópicos, ademais desta Introdução, quais sejam:

1. Descrição das atividades realizadas e esforços empreendidos para a mobilização da comunidade para participação na audiência de leitura comunitária;
2. Avaliação sobre a ação do GA, envolvimento dos membros e resultados obtidos.

Ademais, são apresentados em Anexo: listas de presença e fotos das atividades aqui relatadas; materiais de divulgação produzidos e/ou utilizados pelo GA; e repercussão do evento na mídia.

4.1 Reuniões do Grupo de Acompanhamento

Desde a Oficina de Leitura Comunitária ocorrida no dia 16 de maio de 2017 até a Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares ocorrida no dia 25 de setembro de 2017, o Grupo de Acompanhamento de São Joaquim de Bicas realizou 6 encontros, com a participação do bolsista LUMES, onde discutiram as questões pertinentes ao município e se prepararam para a Oficina Técnica. Houveram também reuniões sem a presença do bolsista das quais não se teve acesso a qualquer tipo de registro.

Dia 02/06 - Reunião GA

A reunião contou com 9 membros do grupo de acompanhamento e com os bolsistas LUMES, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento e Júlio César de Oliveira.

Foi feita uma avaliação da Leitura Comunitária, realizada no dia 16/05, que teve pouca participação da comunidade em geral (apenas 33 pessoas presentes) e, principalmente, baixíssima participação de associações.

Foi encaminhado, na reunião, a realização de pequenas audiências a serem feitas em escolas de ensino médio e em associações de bairros a fim de melhor divulgar e fomentar o interesse e a participação da população no processo de revisão do Plano Diretor. A princípio decidiu-se por um encontro na escola do Farofa e em outra localizada no centro da cidade.

Dia 23/06 – Encontro com os Agricultores

Foi realizado encontro com agricultores, nos moldes da leitura comunitária, com a utilização de mapas e canetas coloridas. O encontro ocorreu no Galpão do Agricultor e contou com a presença de representante do AUÊ.

Dia 07/07 - Reunião GA

A reunião contou com 9 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMES, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

Foi discutido o ótimo retorno obtido nos encontros realizados com a comunidade. A princípio foram realizados 3 encontros, dois em escolas de nível médio e um no barracão dos agricultores. As oficinas foram bem proveitosas e geraram mapas aos moldes dos utilizados na Leitura Comunitária, que foram encaminhados à equipe técnica. A proposta é reproduzir mais encontros com as associações de bairros.

Dia 11/08 - Reunião GA

A reunião contou com 8 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMES, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

O grupo deu um retorno sobre a visita da equipe técnica da UFMG ao município, considerando-a muito satisfatória para o bom andamento do processo. Foi discutido também formas de divulgação para a Oficina Técnica de setembro e a possibilidade da Prefeitura fornecer transporte para os moradores de bairros afastados.

Dia 01/09 - Reunião GA

A reunião contou com 9 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMES, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

Foi reforçado, junto ao GA, o encontro a ser realizado com a equipe técnica na UFMG e a data da Oficina Técnica (25/09). O grupo discutiu sobre a construção de uma força-tarefa para mobilização do máximo de pessoas para a Oficina Técnica, focando nas entidades, nos conselhos municipais e nos alunos de escolas de nível médio. O GA apresentou dúvidas quanto ao processo de discussão e exposição das propostas a serem apresentadas na Oficina Técnica.

Decidiu-se realizar o próximo encontro (15/09) numa fazenda em Mário Campos, que possui uma produção agrícola orgânica e que é de grande interesse para o município de São Joaquim de Bicas.

Dia 22/09 – Reunião GA

A reunião contou com 8 membros do grupo de acompanhamento e com o bolsista LUMES, Pedro Henrique Heliodoro Nascimento.

Foi discutido sobre o processo de mobilização para a Oficina Técnica do dia 25/09 que contou com a entrega de convites aos produtores agrícolas, secretários, alunos de escola de nível médio e construtores. Foi realizado também anúncio em igrejas e o comprometimento de que cada membro do GA convidasse, pelo menos, 10 pessoas.

4.2 Meios de divulgação e mobilização adotados

O GA adotou como estratégias de mobilização:

- Convite formal da prefeitura para secretários, conselhos e entidades;
- Convite boca a boca;
- Anúncio em igrejas.
- Convite em escolas;

4.3 Principais atores sociais convocados

Para o Oficina Técnica foram alvo de mobilização específica todos os presentes até então nas reuniões do GA e, em especial, alguns atores representativos de outros segmentos:

- Membros das Associações existentes;

- Alunos do ensino médio;
- Secretariados.
- Membros dos Conselhos Municipais;
- População rural.

4.4 Funcionamento do Espaço Plano diretor

O espaço Plano Diretor permanece funcionando em horário comercial, no mesmo horário de funcionamento da prefeitura municipal. O funcionário Rafael, destinado especificamente para acompanhar o Espaço, também é membro do GA e participa ativamente das discussões. As demandas da equipe LUMEs UFMG, em geral, têm sido bem atendidas. Contudo, não parece haver uma infraestrutura básica para acesso do público em geral.

Ao que parece, a população, em geral, ainda não conseguiu conceber o Espaço como um centro de informações sobre o planejamento territorial da cidade e ainda há pouco referenciamento da dinâmica do Espaço nas diretrizes do projeto LUMEs.

4.5 Avaliação e considerações gerais

A participação foi considerada pelo acompanhamento da equipe LUMEs como satisfatória e o GA mostrou grande autonomia para fazer reuniões produtivas com e sem a presença da equipe UFMG, organizando inclusive visitas a diversas áreas do município a fim de obter melhor conhecimento sobre o território.

O GA achou a Oficina Técnica muito produtiva e com grande participação da população, apesar de ela ter ocorrido em horário diferente (13h30). Eles consideraram que as contribuições foram de grande valia para o bom

desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor da cidade e esperam que as próximas audiências também sigam por este caminho.

5 SÍNTESE DAS LEITURAS TÉCNICAS E COMUNITÁRIAS

Essa seção busca apresentar uma síntese das leituras técnicas e comunitárias construídas ao longo dos últimos produtos e que culminaram na oficina apresentada na Parte 01 deste relatório. Na oportunidade da audiência pública foi exposto um sumário que procurou estabelecer um quadro geral de caracterização e de diagnóstico em relação aos principais desafios e potencialidades do municípios os quais as diretrizes e propostas do Plano Diretor deveriam refletir. Ou seja, a síntese então elaborada procura destacar os aspectos de maior relevância em cada realidade territorial.

Na sequência esses aspectos, a exemplo do realizado durante a oficina, são apresentados e organizados de acordo com os principais eixos do PDDI num esforço de aproximação e compatibilização entre os princípios do planejamento metropolitano e o processo de planejamento em escala local, segundo a metodologia proposta para o trabalho. Representa também a tentativa de aproximação entre diagnóstico e proposição numa forma mais orgânica e participativa. Dessa forma, cada subseção representa um desdobramento e uma elaboração pormenorizada da síntese do diagnóstico-propositivo apresentado e discutido na segunda oficina e, em conjunto, constituem a síntese da leitura técnica e comunitária.

5.1 Caracterização Geral do Território Municipal

São Joaquim de Bicas possui uma população de 29.674 habitantes, segundo estimativas do IBGE para o ano de 2016, sendo que o município é predominantemente urbano (72,8%). São Joaquim de Bicas vem experimentando um contínuo processo de crescimento demográfico acima da média metropolitana. Ainda que o município tenha apresentado melhorias significativas nos indicadores sociais e de desenvolvimento humano, em 2010, ainda havia 33% da população em situação de vulnerabilidade à pobreza, com um rendimento

domiciliar per capita médio de R\$166,55, o equivalente a cerca de um terço da média no município é de R\$498,26.

Os dados do Censo Demográfico de 2010 referentes à população e à distribuição de renda segundo setores censitários analisados na Leitura Técnica, apontaram para uma pequena concentração da renda no município de São Joaquim de Bicas, uma vez que a população, em geral, apresenta menor poder aquisitivo. Dentre as regiões de maior vulnerabilidade, conforme destacado pelos munícipes na Oficina de Leitura Comunitária e em Visita Técnica, se destacaram os bairros de Nazaré e Primavera, que se encontram um pouco mais afastados da região central e, por sua vez, podem apresentar um maior grau de vulnerabilidade. É significativa a quantidade de loteamentos frágeis em todo o município, no entanto, destacam-se as áreas a sudeste, polarizadas diretamente pelos presídios ali localizados. Um fato importante em relação a estas áreas são suas altas taxas de vacância.

Quanto aos parâmetros de uso e ocupação do solo, estudos do PDDI-RMBH apontaram que o Vetor Sudoeste, no qual o município de São Joaquim de Bicas se insere, é marcado por uma região de baixo crescimento na RMBH. Isso está associado, provavelmente, ao baixo dinamismo econômico local, comparativamente ao Vetor Oeste, que exerce uma forte atração sobre os municípios do Vetor Sudoeste. Nesse sentido, a informação de que há um baixo volume de pedidos de anuência prévia corrobora essa análise. De modo geral, o crescimento do mercado imobiliário na região se dá, em especial, sobre a área rural, e, dentre esses, alguns casos são impulsionado pelo mercado informal e de autoconstrução. Uma das áreas de maior valorização por meio de tal dinâmica são os terrenos pertencentes à FHEMIG conforme relato nas Oficinas de Leitura Comunitária e de Diretrizes e Propostas Preliminares, confirmados pela visita realizada pela equipe técnica da UFMG.

Uma avaliação da evolução da mancha urbana a partir de imagens-satélite do software Google Earth permitiu identificar alguns pontos de expansão da ocupação no perímetro urbano de São Joaquim de Bicas. De modo geral, foi

possível afirmar que o município tem passado por diversas transformações da mancha urbana durante o período compreendido entre 2005 e 2017, dispersas ao longo do território, contudo com um padrão de maior concentração em três pontos: (i) ao norte da rodovia, na região de Casa Grande; (ii) a nordeste do município, nos bairros Imperador e Vale do Sol; e (iii) a sudoeste do município, nas localidades de Recanto do Sol e Campo Belo, com transbordamentos na região de Pedra Branca. A maior parte dessa expansão se justifica pelo motivo residencial, de média/alta renda, no caso de Casa Grande, e média/baixa renda, nas localidades mais distantes da rodovia.

A análise da atividade do mercado imobiliário local em São Joaquim de Bicas foi realizada, também, a partir do processamento dos anúncios de imóveis comercializados na web pela plataforma Netimóveis, conforme metodologia adotada no MZ-RMBH. Os dados coletados apontaram para uma maior concentração do mercado na região do bairro Casa Grande e na Tijuca, indicando um aquecimento da dinâmica imobiliária local no último ano. Destaca-se que as informações da Oficina de Leitura Comunitária corroboram com essas afirmativas, além de que mencionam a presença de lotes vagos no centro da cidade por motivo especulação.

5.2 Acessibilidade

A análise empreendida a partir do cruzamento de dados secundários diversos e informações obtidas ao longo do processo de participação social no município de São Joaquim de Bicas revelou expressiva fragilidade das condições de acesso à moradia no município. Foi identificado grande impacto da dinâmica imobiliária intensa no município sobre as condições de acesso à moradia, refletido em um elevado déficit habitacional (792 unidades, equivalentes a 9,2% do total de domicílios). Também foi identificado um número proporcionalmente elevado de imóveis ociosos (926 unidades, equivalentes a 10,8% do total de domicílios), muito superior ao déficit habitacional, e números expressivos de domicílios considerados precários (aproximadamente 21% do total de domicílios no

município foram identificados como apresentando e/ou serviços básicos inadequados).

A análise também revelou uma expressiva dinâmica de crescimento informal, a fragmentação da ocupação e a presença extensiva de vazios internos ao perímetro urbano, bem como a ausência de uma política de regularização fundiária no município, além de problemas na qualidade e inserção urbana das unidades habitacionais de interesse social produzidas recentemente. As tipologias populares de uso e ocupação do solo identificadas no município representam grande parte de sua mancha urbana e os problemas no acesso à infraestrutura urbana se mostraram significativos com focos de precariedade dispersos por todo o território municipal (apontando para a necessidade de revisão das áreas demarcadas como AEIS à luz das ocupações frágeis mapeadas).

Já a análise das condições de acesso à saúde e à educação no município de São Joaquim de Bicas revelou uma considerável quantidade e diversidade da oferta de equipamentos. No entanto, sua distribuição é marcada por uma polarização da região central da sede e inferior oferta de serviços nas regiões periféricas, marcadamente na região sul do município, onde se observa uma ocupação precária e dispersa. As percepções registradas ao longo do processo participativo reforçaram esse diagnóstico, apontando para uma precariedade na infraestrutura instalada e a demanda por novos equipamentos.

Sobre as condições de mobilidade urbana, constata-se uma baixa integração entre os territórios municipais, com baixa cobertura de transporte público e ausência de infraestrutura e incentivo para deslocamentos ativos (a pé e bicicleta). Nesse contexto, a rodovia BR- 381 exerce papel primordial na conformação do território, de forma que o município se desenvolve praticamente por completo na porção ao sul da rodovia, e em grande medida por ela influenciado, sendo a porção segregada em relação ao restante do município. Ademais, verifica-se no município um grande potencial de integração metropolitana pelo eixo oeste e sudoeste, por sua contiguidade com Betim e Mário Campos na extensão do eixo até Sarzedo e Ibirité. Por fim, é notória a

ausência de calçadas e de condições de acessibilidade universal para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no município, sendo preciso tomar medidas que privilegiem os deslocamentos pelos modos ativos.

5.3 Segurança

A questão do saneamento em São Joaquim de Bicas tem como principal questão a pressão da mineração e de atividades produtivas que permeiam seus recursos hídricos, principalmente o Rio Paraopeba. Apesar de possuir um alto índice de acesso ao abastecimento hídrico municipal, com disponibilidade hídrica de grande escala, há o despejo constante de esgotos diretamente nos corpos de água municipais. O município também possui uma estrutura mínima de coleta seletiva para seus resíduos sólidos que, porém, deve ser ampliada, principalmente na área rural.

Os recursos hídricos da região também são importantes para a produção agrícola, como, por exemplo, nas margens do córrego do Elias, na bacia do Açoita-Cavalo e na região do Farofa. De forma geral é verificada a necessidade da ampliação das áreas permeáveis urbanas, restauração e revitalização de cursos de água.

A partir do mapeamento de fragilidade geológica no município de São Joaquim de Bicas, percebe-se que as áreas inseridas na porção norte do município e próximas à sede municipal apresentam áreas com menor fragilidade geológica, estando muitas vezes associadas a áreas com baixa declividade e relevo mais suavizado que está também vinculado a solos com evolução vertical mais desenvolvida. Um percentual muito elevado do município 71,49% está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo e médio (18,06%, 26,29% e 27,14% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão associadas ao contexto da Serra Azul à sul da sede municipal e à áreas com solo pouco profundo e que apresentam também declividades médias e altas, essas áreas encontram-se espalhadas pela porção do território localizada à sul da sede.

No que tange as agriculturas, pode-se dizer que apesar da atividade agropecuária não se apresentar como a atividade de maior destaque do município, ela possui um quadro de relativo destaque no abastecimento alimentar da RMBH, além de ser responsável pelo aumento dos postos formais de trabalho nos últimos 10 anos. Nota-se em boa parte do território municipal diversas unidades produtivas agrícolas, com destaque para produção de hortaliças oriundas da agricultura familiar. Essa atividade se encontra com expressividade na porção sul, principalmente na região de Farofas, mas também pode ser vista em várias localidades do município, tais como Açoita Cavallo, área da FHEMIG, área próxima aos presídios e margens do Rio Paraopeba.

A inserção da produção agrícola na mancha urbana do município de São Joaquim de Bicas e ao longo dos cursos d'água é notória, e atualmente identifica-se impactos negativos devido a produção ser principalmente convencional com uso intensivo e inadequado de agrotóxicos. Para além, foi apontado no município conflitos com a mineração na porção sul, devido o risco da qualidade dos recursos hídricos. Em contraposição se destaca no município projetos e entidades que atuam em prol do desenvolvimento ambiental local, sendo alguns deles: projeto de recuperação e manutenção dos cursos d'água, Centro de Reciclagem e a experiência de manejo dos resíduos sólidos e práticas de compostagem; Centro de Referência Ambiental e Cultural João Amazonas com produção de mudas e ações sustentáveis; Barracão do Produtor, e seu potencial para a distribuição local da produção. Por fim, aponta-se a necessidade de reflexão sobre os impactos dos limites da zona rural e urbana nas unidades agrícolas próximas e inseridas no perímetro urbano, além de ser importante o incentivo a transição agroecológica das unidades produtivas, principalmente daquelas localizadas no entorno dos cursos d'água e próximas ou inseridas na mancha urbana.

5.4 Sustentabilidade

No âmbito da Sustentabilidade, especificamente no que tange à Proteção Ambiental, observa-se que o município de São Joaquim de Bicas convive com

conflitos sobre tipos de atividades econômicas que são exacerbados pela ausência de instrumentos territoriais efetivos para proteção ambiental.

No campo territorial contribuem para à fragilização ambiental, portanto, a pouca eficiência do sistema de proteção ambiental, a ocorrência das atividades industriais/minerárias e a pressão fundiária pela expansão de usos urbanos sobre áreas rurais.

Sobre as atividades industriais e minerárias, salienta-se que o atual desaquecimento econômico vem reduzindo a produção destas, contudo seus impactos permanecem. Em especial, destaca-se o impacto da atividade minerária nas nascentes das sub-bacias dos córregos São Joaquim e Farofas.

A pressão fundiária manifesta-se por meio da expansão dos loteamentos irregulares sobre áreas rurais e, também, públicas. Esta pressão gera o impacto de ampliar a pressão sobre serviços urbanos, sobretudo aqueles relacionados aos recursos naturais, como o solo e a água. Somando-se, inclusive, aos impactos das atividades industriais, na deposição inadequada de esgoto sobre os recursos hídricos – observa-se, obrigatoriamente, que tal situação é agravada pela ineficiência da COPASA no cumprimento da obrigação de prestar o serviço de saneamento básico.

Concomitantemente, identifica-se a fragilidade da pertinente atividade agrícola no município. Lembra-se que o setor se expandiu nos últimos dez anos, sobretudo nas áreas às margens do córrego Elias e na região de Farofas. Entretanto, a atividade encontra dificuldades de expansão em decorrência da corrente diminuição da disponibilidade dos recursos hídricos, assim como também os prejudicam pelo uso de agrotóxicos.

Percebe-se, diante do quadro ora apresentado, que São Joaquim de Bicas demanda um sistema de proteção ambiental que integre oportunidades de desenvolvimento de atividades econômicas e que privilegiem a disponibilidade hídrica – como o incentivo às práticas agroecológicas; assim como a presença de instrumentos que demarquem e consolidem espaços de proteção.

Contudo, não é o que se verifica no município, pois há apenas a presença de uma unidade de conservação – de uso sustentável ao sul do município – e a utilização do Cadastro Ambiental Rural (CAR) – instrumento relevante e proveitoso para garantir espaços de preservação articulados às áreas de preservação permanente por meio de Reservas Legais – ainda é muito pouco utilizado ainda em São Joaquim de Bicas (apenas 30,41% da área do município foram cadastradas).

A localização da rodovia BR-381 no município acarreta algum desenvolvimento industrial em São Joaquim de Bicas, diretamente relacionado ao Distrito Industrial Citrolândia, situado em Betim, bem como a outros processos vinculados ao polo industrial do vetor oeste da RMBH. Além disso, a relação do município com a BR-381 facilita a contratação de trabalhadores de outros municípios e localidades. No entanto, a indústria tem enfrentado dificuldades, o que tem levado à redução dos postos de trabalho. As estruturas minerárias têm impactado negativamente as nascentes ligadas às sub-bacias dos Córregos São Joaquim e Farofas. Tal situação se agrava uma vez que atividades anteriormente ligadas à MMX estão paralisadas ou sob operação restrita.

Em contrapartida percebe-se um aumento da participação do setor terciário na economia local, assumindo parte da lacuna deixada pela indústria. O Comércio Varejista e o setor de Transporte e Comunicações apresentam-se como maiores empregadores. Dentre os 715 estabelecimentos de comércio e serviços listados para o município, 681 concentram-se nos setores censitários mais próximos do centro tradicional local. Para além dele as partes mais a sul e a leste, rumo aos limites com os municípios de Brumadinho e Mário Campos, por sua vez, apresentam-se como outras localidades com presença de unidades de comércio e serviços.

No que concerne à geração de riqueza monetária, o Produto Interno Bruto local variou 221% nos últimos 10 anos. A Administração Pública assume papel protagonista nesse avanço demonstrando a relativa dependência da localidade das atividades desenvolvidas pela prefeitura local, fator comum aos municípios brasileiros de pequeno porte.

5.5 Urbanidade

Em São Joaquim de Bicas, a Sede Municipal concentra a quase totalidade dos equipamentos e entidades ligados à cultura. A praça principal é a da Igreja Matriz em Bicas Velha e onde são realizadas a maioria das celebrações e eventos culturais da Sede, sendo o espaço de maior convívio social. As edificações, em seu entorno, ainda preservam algumas características arquitetônicas e histórico-culturais de relevância. O município possui acervos de bens móveis integrados, destacando-se o acervo da Igreja Matriz de São Joaquim de Bicas, o acervo da Casa da Memória Maria Conceição de Almeida e o acervo do Cartório de Registro de Notas. Há ainda edificações, igrejas, imagens, documentos, celebrações, saberes e ofícios com proteção inicial pela realização de inventário em Bicas Velha e nos Povoados de Nossa Senhora da Paz - Farofas e de Fecho do Funil. Há a necessidade de realização do inventário do patrimônio cultural – IPAC para o acesso a recursos do ICMS Patrimônio Cultural. Há, ainda, a necessidade do aumento do nível de proteção dos bens culturais.

No que tange às áreas de interesse de preservação do patrimônio cultural e natural, foram delimitadas as regiões do conjunto arquitetônico e paisagístico **da Igreja da Matriz, Praça da Matriz e entorno** localizado no bairro de **Bicas Velha**, uma das primeiras áreas povoadas do município; do conjunto arquitetônico e paisagístico da **Estação Ferroviária de Fecho do Funil e entorno**, também com importância histórica na formação urbana do município ao qual se incorpora outros bens culturais isolados como a Capela de Nossa Senhora de Santana e a Ponte Pênsil, localizadas nas imediações do povoado de Fecho do Funil e às margens do Rio Paraopeba; do conjunto natural e paisagístico da **Serra da Farofa** integrante da Área de Proteção Ambiental da Serra da Farofa – APA Serra da Farofa com suas qualidades ambientais e paisagísticas; do núcleo urbano do **povoado de Nossa Senhora da Paz – Farofa** com a presença de monumentos, edificações, praças e celebrações; e, por fim, de uma **área degradada** pela atividade minerária localizada na estrada para Brumadinho onde se recomenda a requalificação ambiental visando a reconversão do território para uso cultural e de lazer.

PARTE 02 – DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

As diretrizes de estruturação territorial que apresentamos abaixo foram construídas em conjunto com a sociedade civil e o corpo técnico municipal durante a *Oficina do Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares*, terceiro momento formal de participação popular no processo de revisão do Plano Diretor de São Joaquim de Bicas, realizada sob forma de Audiência Pública municipal.

Os registros dessas análises, bem como a metodologia de trabalho empregada na oficina já foram apresentados na Parte 01. As informações reunidas nos mapas e nas relatorias da Oficina em questão são o principal subsídio para a atual etapa de trabalho. Elas foram compiladas e sistematizadas pela equipe, e serão apresentadas abaixo, no Item 1. A partir dessas diretrizes de estruturação territorial novos mapeamentos foram elaborados pela equipe, resultando na proposta preliminar de estruturação territorial. Tal proposta é composta pelos seguintes mapeamentos básicos, apresentados no Item 2:

- a) **Mapeamento das restrições à ocupação**; contemplando a delimitação dos trechos com restrições à urbanização conforme critérios de declividade, fragilidade geológica e identificação de áreas de maior interesse ambiental;
- b) **Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano**; contemplando a demarcação (criação, ampliação, redução e/ou extinção) de novos perímetros de áreas urbanas vis a vis os perímetros vigentes no município;
- c) **Propostas preliminares de reestruturação e classificação viária**, contemplando a regulação das formas de deslocamento pelo território do município;
- d) **Propostas preliminares da Trama Verde e Azul**; contemplando a territorialização das diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental, agriculturas; eixos de mobilidade e patrimônio histórico e cultural;

e) **Proposta preliminar de Uso e Ocupação do Solo**; contemplando a proposta preliminar de estruturação territorial, traduzida em categorias de zoneamento e sobrezoneamento adaptadas do Macrozoneamento Metropolitano;

f) **Compatibilização com o Macrozoneamento Metropolitano**; contemplando análise das convergências, divergências e adequações entre a proposta de uso e ocupação do solo e as Zonas de Interesse Metropolitano no município.

Esses mapeamentos foram desenvolvidos a partir dos resultados das Oficinas de Diretrizes e Propostas Preliminares; da sistematização das diretrizes de estruturação territorial do município; das contribuições oriundas do Grupo de Acompanhamento; das análises técnicas realizadas pela equipe com base em dados secundários; das visitas de campo realizadas; e da rodada de reuniões internas realizadas entre a equipe UFMG e Agência em outubro e novembro de 2017. Assim, a proposta teve como preocupação adequar as contribuições técnicas e comunitárias, tendo como referência as diretrizes pactuadas coletivamente. Ressalta-se, ainda, a natureza preliminar dessas propostas doravante apresentadas: as mesmas serão discutidas na *Oficina de Propostas de Estruturação Territorial*, e ajustadas posteriormente nas próximas etapas do trabalho, em diálogo estreito com o Grupo de Acompanhamento do município.

1 DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

Os grupos de trabalho formados durante a segunda oficina participativa desenvolveram uma série de proposta preliminares e diretrizes para orientar as etapas finais de revisão do Plano Diretor de São Joaquim de Bicas.

Foram elencadas ao todo 8 diretrizes, aqui sistematizadas nos seguintes eixos: i) Crescimento, adensamento urbano e regularização fundiária; ii) Mobilidade; iii) Proteção ambiental e Trama Verde-Azul; iv) Promoção das atividades rurais e; iv) Diretrizes gerais.

Crescimento, adensamento urbano e regularização fundiária

1. Restringir o crescimento do perímetro urbano, promovendo o melhor aproveitamento das áreas urbanas existentes, por meio da utilização dos vazios urbanos e regularização fundiária.

Mobilidade

2. Planejar a infraestrutura de mobilidade, considerando a ampliação da conexão entre as áreas urbanas do município à sede por meio de vias específicas e o desenvolvimento de opções de transporte público gratuito;

Proteção ambiental e Trama Verde-Azul

3. Mapear as áreas verdes, degradadas, nascentes e áreas de recarga para incluí-las e articulá-las à Trama Verde e Azul, promovendo políticas que orientem o desenvolvimento econômico aliado à proteção e sustentabilidade ambiental;
4. Criar um sistema municipal de meio ambiente, estabelecendo licenciamento ambiental e urbanístico como instrumento de proteção ambiental.

Promoção das atividades rurais

5. Estimular o associativismo e cooperativismo para a produção agrícola, por meio de assessoria técnica aos produtores, assim como o estabelecimento de políticas específicas para a promoção e comercialização dos produtos locais no município e região metropolitana;
6. Extinguir e restringir progressivamente o uso de agrotóxicos, através de políticas voltadas para o desenvolvimento de práticas agroecológicas, sobretudo na região de Farofa e Elias.

Diretrizes gerais

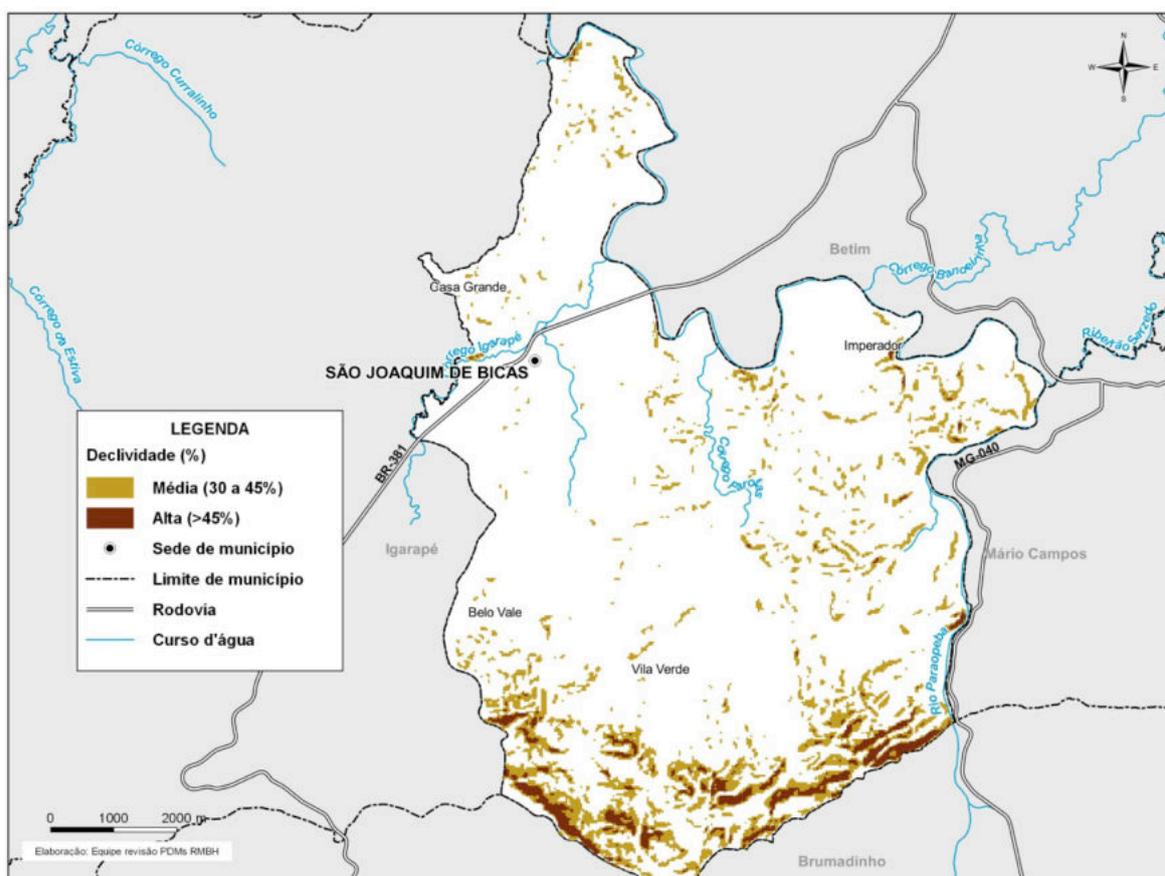
7. Utilizar o sistema tributário para o estímulo de práticas sustentáveis, por meio do uso da sanção premial;
8. Promover consórcios ou convênios intermunicipais para a elaboração e execução de políticas públicas integradas para a infraestrutura urbana em sistema viário, proteção ambiental e produção agrícola.

2 ELEMENTOS PARA ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL

2.1 Mapeamento das restrições à ocupação

O Mapa de declividade foi realizado a partir dos valores de altimetria da imagem SRTM Arc1 disponibilizada pelo Serviço Geológico dos EUA e gerado com o apoio do software QGIS, versão 2.14. O mapa de declividade foi calculado em percentual e foi reclassificado de acordo com dois valores de referência que apresentam contextos de maior restrição para a ocupação territorial: 30% a 45%, classificada como média restrição; e mais de 45% de declividade que foi associada à alta restrição para a ocupação.

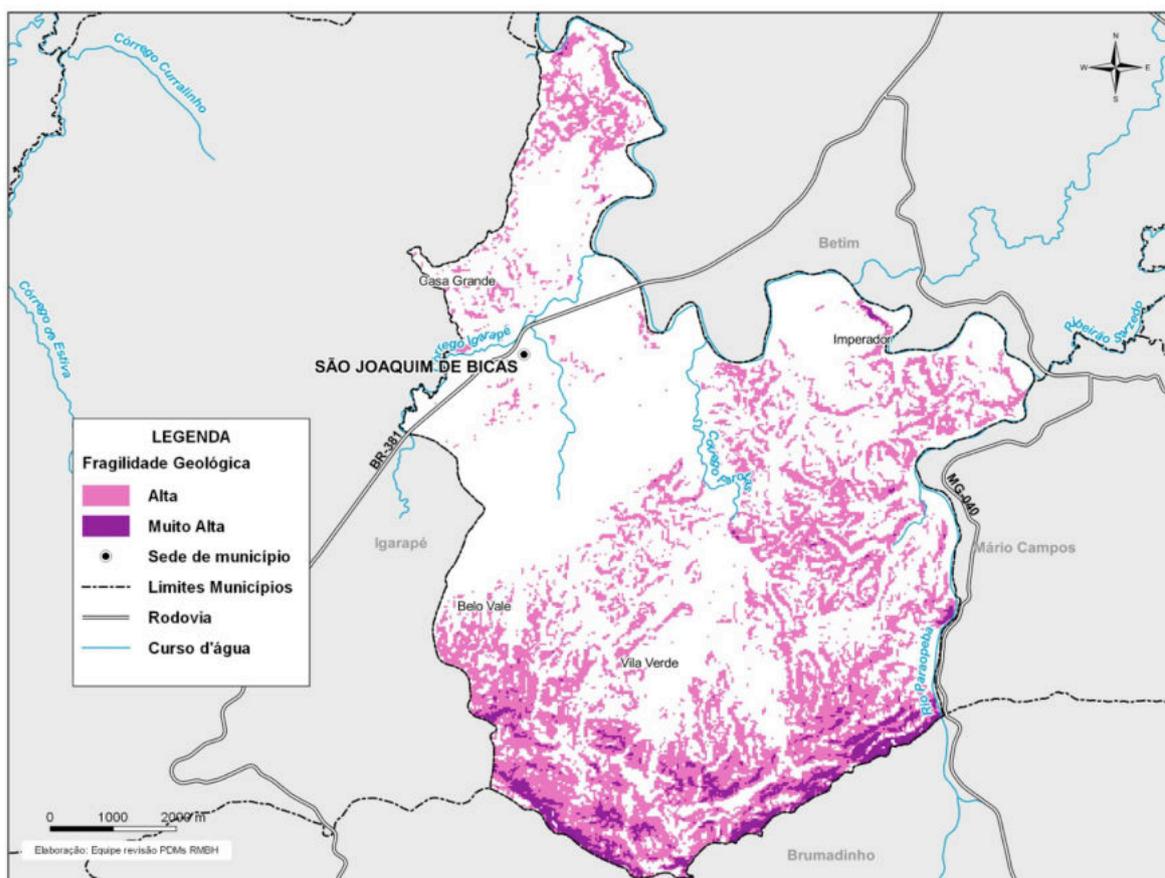
Figura 5 – Mapa de Declividade de São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa de fragilidade geológica foi gerado a partir de operação multicritério entre as bases de dados de declividade, de geologia e de pedologia. Para as informações de cada camada foram atribuídos diferentes pesos de análise, considerando as referências e metodologias originais e os estudos associados à dinâmica geológica e ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O mapa foi reclassificado em valores de fragilidade geológica relativa alta e muito alta. Nessas áreas devem ser considerados riscos de fragilidade para a ocupação que demandam estudos complementares específicos. Da mesma forma, não é possível falar que não existe risco geológico nas áreas em que estão mapeadas como de baixa fragilidade geológica, dada a escala e abrangência do mapeamento.

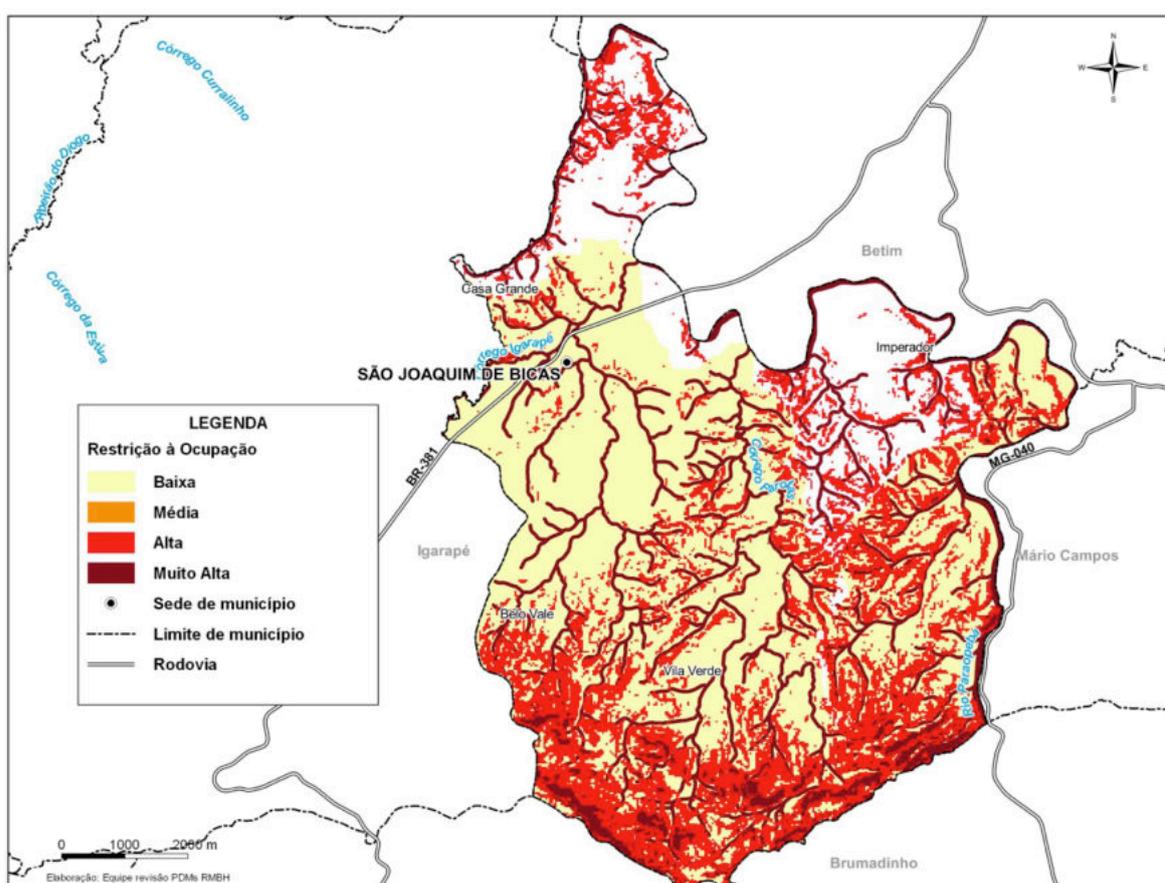
Figura 6 – Mapa de Fragilidade Geológica de São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O mapa síntese de restrições à ocupação é consolidado a partir das áreas de fragilidade geológica considerada alta ou muito alta, das áreas de relevância ambiental consideradas de alto nível de restrição, como as Áreas de Preservação Permanente de declividade e associadas aos canais fluviais. As áreas indicadas como restrição alta ou muito alto são relacionadas à contextos de alta fragilidade ou risco e sua ocupação deve ser realizada observando essas particularidades e a partir de estudos complementares locais.

Figura 8 – Mapa Síntese de Restrições à Ocupação em São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.2 Proposta preliminar de revisão do perímetro urbano

A proposta de revisão do perímetro urbano de São Joaquim de Bicas se orientou por critérios definidos ao longo das leituras técnicas e comunitárias do processo

de revisão do Plano Diretor. O primeiro critério adotado, visando o reconhecimento de áreas urbanas mais consolidadas, ajustou o perímetro ao tecido urbano existente da sede municipal e distritos. A partir do mesmo critério, optou-se por não estender o perímetro aos povoados e localidades, sobre os quais, quando necessário, foram demarcadas manchas de sobrezoneamento com diretrizes de requalificação. Em alguns casos específicos, em função do grau de urbanização, adensamento e consolidação do tecido urbano, bem como em resposta a demandas comunitárias locais, optou-se por criar perímetros urbanos isolados, prevalecendo, entretanto, como diretriz, o desestímulo ao desenvolvimento de urbanizações dispersas pelo território municipal.

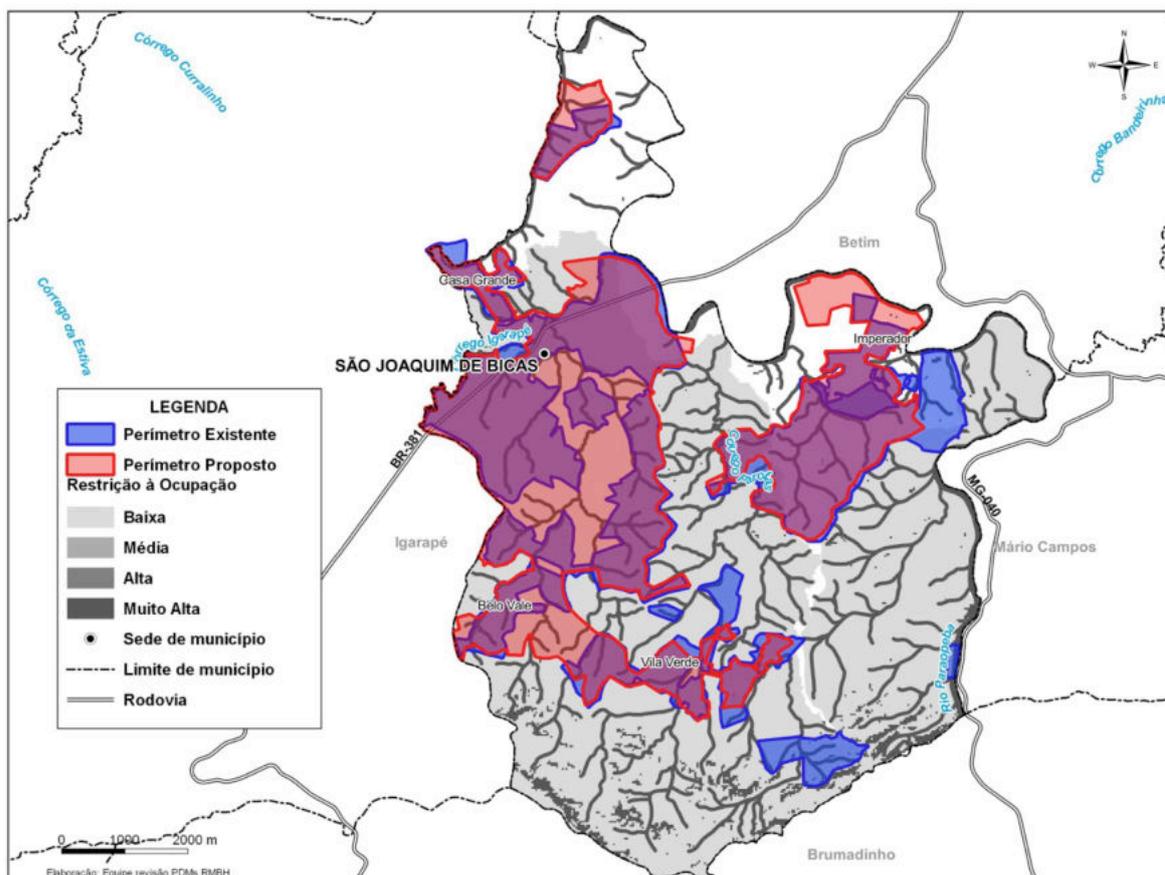
O segundo critério procurou seguir as orientações do Artigo 42-B do Estatuto da Cidade quanto ao mapeamento das restrições ambientais à ocupação urbana, conforme o conjunto de mapas apresentado na subseção anterior. Esse conjunto de restrições à ocupação - declividade, fragilidade geológica e interesse ambiental - balizou o desenho das propostas preliminares de ajustes dos perímetros urbanos, tendo como pressuposto que a expansão urbana deve se concentrar em áreas com baixo e médios graus de restrição.

O terceiro critério adotado se refere ao modo como foram tratados os parcelamentos irregulares realizados fora do perímetro urbano em vigor. Nos casos em que tais parcelamentos promovem a continuidade da mancha urbana e onde não há restrições ambientais ou de proteção da área rural, houve reconhecimento da expansão urbana e ajuste do perímetro. Nos casos em que o parcelamento ocorre em áreas onde não se justifica o desenvolvimento de estrutura urbana e estímulo a novos parcelamentos, seja por restrição ambiental, proteção de área rural ou descontinuidade da mancha urbana, não houve ajuste ou criação de novo perímetro. Nestas situações, as áreas passíveis de regularização fundiária desse tipo de ocupação foram demarcadas como Zonas de Diretrizes Especiais destinadas à adoção de políticas e intervenções específicas de requalificação.

Cabe ainda observar que optou-se, nesta etapa de propostas preliminares, pela não definição de uma zona específica de expansão urbana. Entretanto, as áreas de expansão coincidem com os vazios encontrados entre o tecido urbano atual e o novo perímetro urbano, e cada uma dessas áreas recebe um zoneamento urbano. Posteriormente, a essas áreas serão agregados critérios específicos para expansão urbana, como mecanismos de recuperação de parte da mais-valia fundiária decorrente da transformação de áreas rurais em áreas urbanas.

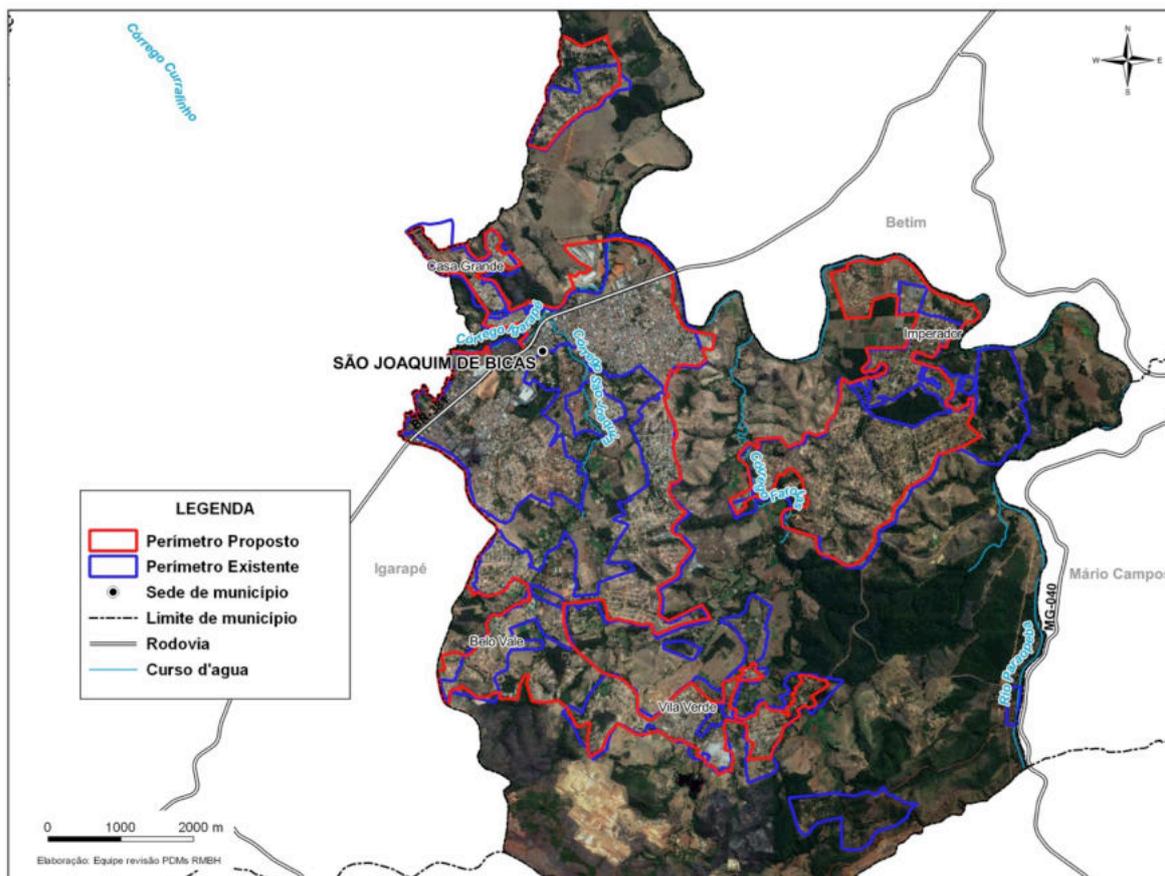
As Figuras que se seguem mostram a proposta de ajuste dos perímetros urbanos em São Joaquim de Bicas, sendo o perímetro existente representado em azul, o perímetro proposto em vermelho, e as manchas de sobrezoneamento sobre povoados e áreas urbanas dispersas que não enquadram nos critérios que justificam a criação de perímetros urbanos isolados.

Figura 9 – Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano – São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 10 – Vista Aérea da Proposta Preliminar de Revisão do Perímetro Urbano



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.3 Propostas preliminares de classificação e reestruturação viária

A classificação hierárquica e reestruturação viária é uma proposta de regulação das formas de deslocamento pelo território do município, e se baseia nas diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela lei 12.587/2012, priorizando assim os deslocamentos pelos modos coletivos e ativos (não-motorizados). A proposta se valeu dos levantamentos feitos anteriormente neste trabalho, bem como dos depoimentos registrados nas relatorias das oficinas participativas realizadas no município, nas quais se procurou, especificamente, por comentários a respeito das condições de mobilidade urbana cotidianas. Assim, chegou-se à criação de 11 categorias de vias para o território municipal, que foram definidas a partir de “características desejáveis” de circulação. Elas estão sumariamente resumidas abaixo:

Tabela 2 – Categorias de vias para reestruturação viária

TIPO DE VIA	ATIVIDADE PREDOMINANTE	MODOS DE TRANSPORTE PERMITIDOS	VELOCIDADE	PAVIMENTAÇÃO
Via Expressa (ligação metropolitana ou regional)	Trajetos de longa distância entre cidades e regiões veículos em movimento rápido	Somente modos motorizados. Travessias de pedestres em nível diferenciado.	Regulada pela via, geralmente acima de 80km/h	Asfalto
Via Rural de integração	Trajetos de média/longa distância entre cidades limítrofes e entre sede e distritos.	Bicicleta e modos motorizados. Travessia de pedestres em nível, com sinalização	Sugestão de 60km/h. Intervenções de diminuição de velocidade em pontos estratégicos	Asfáltica ou permeável.
Via Rural de preservação	Trajetos de média e curta distância para a zonal rural do município. Lógica de preservação ambiental do entorno.	A pé, bicicleta, modos motorizados – restrição a veículos pesados.	Sugestão de 30km/h, velocidade reduzida em função das características da via e de seu entorno.	Sem pavimentação ou pavimentação não-asfáltica, permeável
Via Arterial	Tráfego para vias expressas, trajetos de médias distância, estruturação do território urbano;	Bicicleta e todos os modos motorizados; Travessia de pedestres em nível, protegida por semáforos.	Sugestão de 50km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Coletora	Transição entre vias arteriais e locais (movimento de início e fim de viagens), paradas de transporte público.	Bicicleta, modos motorizados, modos de tração animal. Restrição à carga pesada. Travessia em faixa de pedestres.	Sugestão de 30km/h. medidas físicas de diminuição de velocidade em pontos estratégicos.	Pavimentação asfáltica ou permeável
Via Local	Acesso veicular ao uso do solo e domicílios, entrega de mercadorias, veículos lentos em movimento.	Bicicleta, tração animal, modos motorizados. Restrição a ônibus e carga pesada. Travessia livre de pedestres.	Velocidade máxima de 20km/h a 30km/h, possíveis medidas de redução de velocidade.	Pavimentação permeável, preferencialmente.
Via de transição (ou via calma)	Acesso de veículos e pedestres a domicílios, lazer e contemplação,	Convivência entre modo a pé, bicicleta e motorizados leves.	Máxima de 20km/h para possibilitar convivência com segurança.	Pavimentação permeável, não asfáltica, preferencialmente.
Via ciclística	Deslocamentos de pequena e média distância, lazer, esporte.	Exclusiva para bicicleta, travessia de pedestres de preferência sinalizada.	Não se aplica.	Asfalto ou pavimento liso.
Via pedonal	Acesso a domicílios e comércio, lazer e contemplação.	A pé e bicicleta. Acesso de veículos leves só para trânsito local.	Trânsito local, 10km/h.	Pavimentação não asfáltica.
Via rural pedonal-ciclística	Trilha rural, acesso a localidades rurais e cursos d'água. Turismo e lazer.	Exclusivo para bicicleta e a pé.	Não se aplica.	Sem pavimentação.

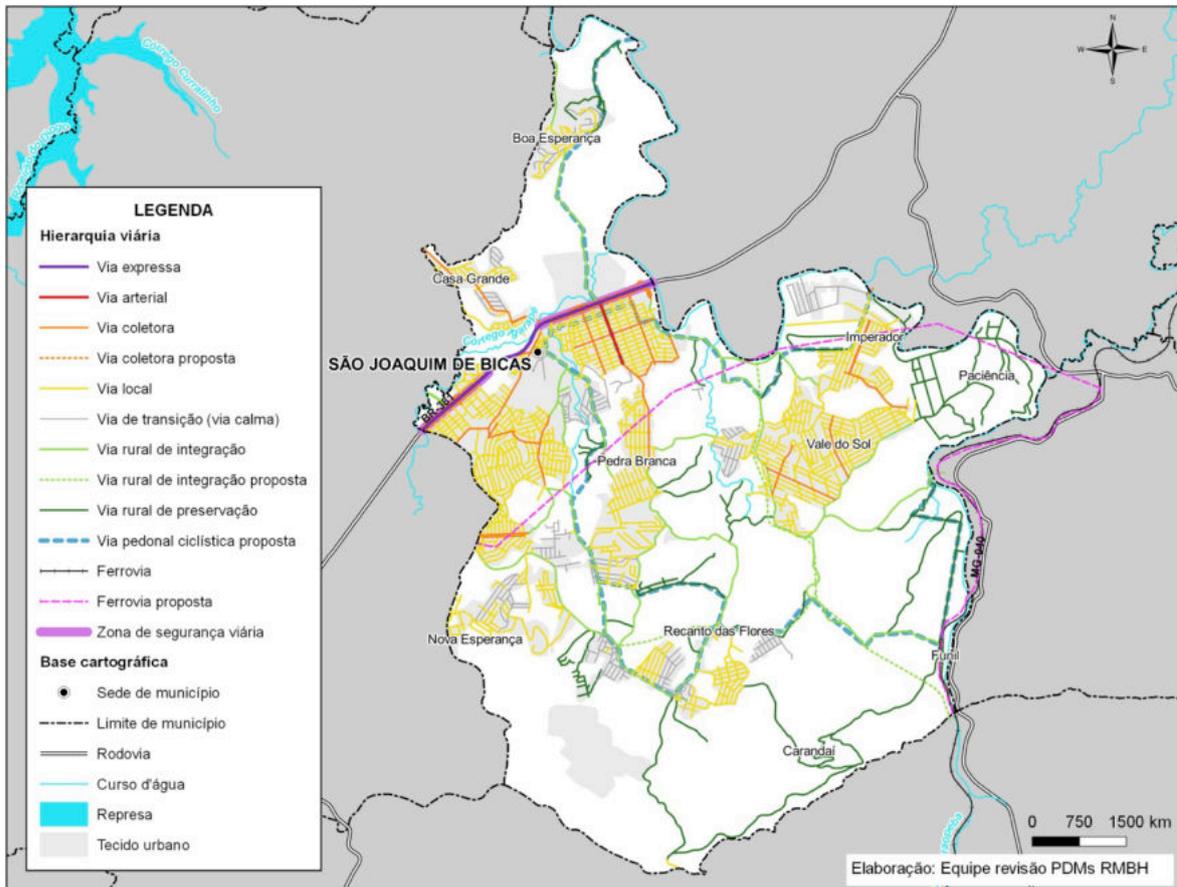
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Das categorias apresentadas acima, faz-se importante destacar quatro que não são comuns em mapas de hierarquização viária. Trata-se da “Via rural de integração”, a “Via rural de preservação”, a “Via rural pedonal-ciclística” e a “Via de transição (ou via calma)”. As três primeiras são pensadas para o município em seu espaço para além do perímetro urbano, nas formas de integração e utilização de seu território tido como rural. Assim, a via rural de integração se coloca com a principal função de integrar o território municipal, em especial distritos e sedes, e para se propõe asfaltada e de trânsito relativamente rápido. Para porções do território municipal nas quais o uso não é tão frequente e se pretende resguardar, em especial, características ambientais importantes para a dinâmica ambiental regional, propõe-se vias rurais de preservação, com pavimentação alternativa à asfáltica e velocidade reduzida em relação a via de integração. Por fim, busca-se identificar e propor vias de acesso não-veicular ao território para maior preservação e incentivo ao uso recreativo e ambiental, as assim chamadas “vias rurais pedonais-ciclísticas”.

Por sua vez, foi constatada na maioria dos municípios metropolitanos a precária cobertura de calçadas e de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Por outro lado, constata-se também a dificuldade das autoridades municipais e dos residentes em tomar medidas que tornem homogênea o tratamento dessas vias para pedestres. Partindo-se do princípio de que, em muitos municípios, a via tida como veicular é usada também por pedestres, propõe-se aqui uma “via de transição” entre a calçada e a via local, na qual toma-se medidas físicas e regulatórias para o convívio seguro entre o deslocamento a pé e os deslocamentos motorizados em baixa velocidade. A via também pode ser chamada de “via calma” e tem referências e exemplos em várias cidades do mundo. A diferença, aqui, é a proposição de uma via de transição também para espaços de baixa circulação, como medida de proteção aos residentes e pedestres.

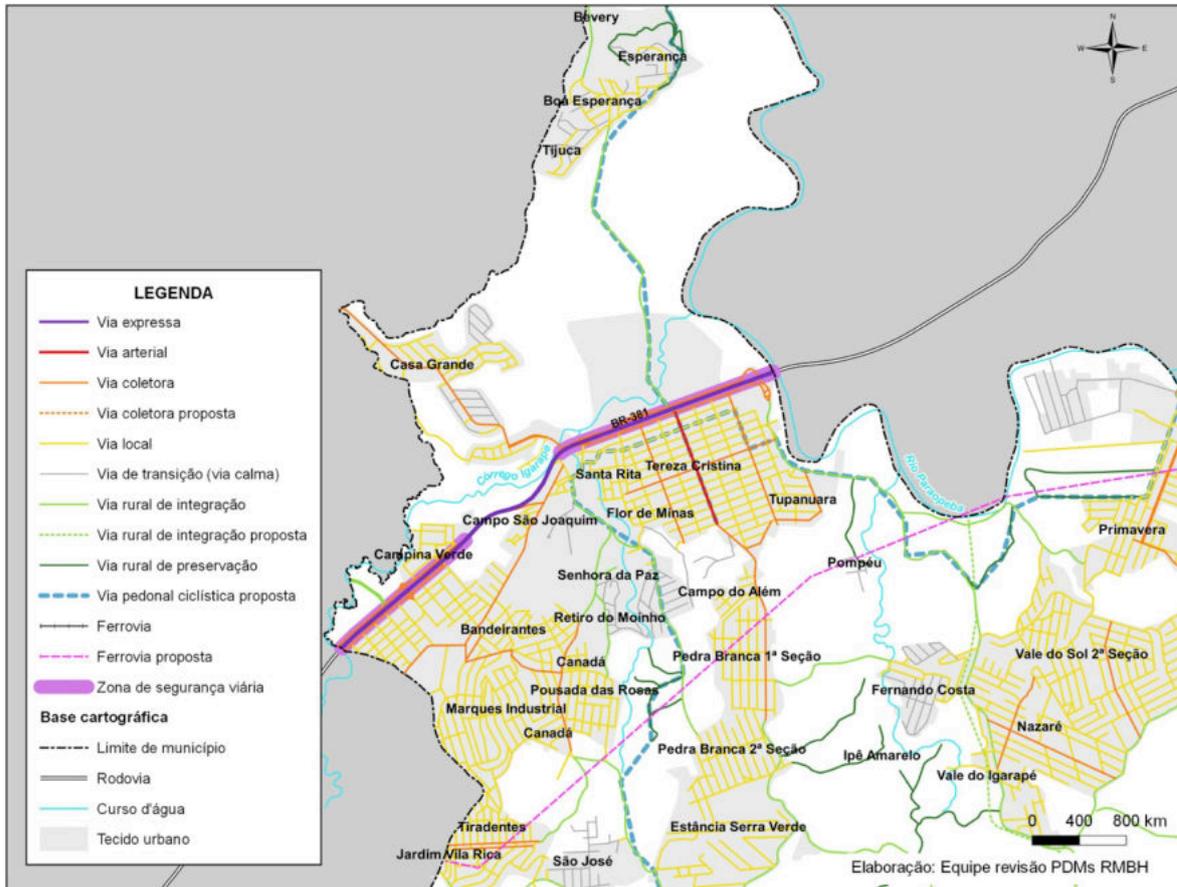
A seguir, são apresentados os mapas de classificação e hierarquização viária de São Joaquim de Bicas, o primeiro cobre todo o território e o segundo detalha a sede municipal.

Figura 11 – Proposta Preliminar de Hierarquização Viária – São Joaquim de Bicas



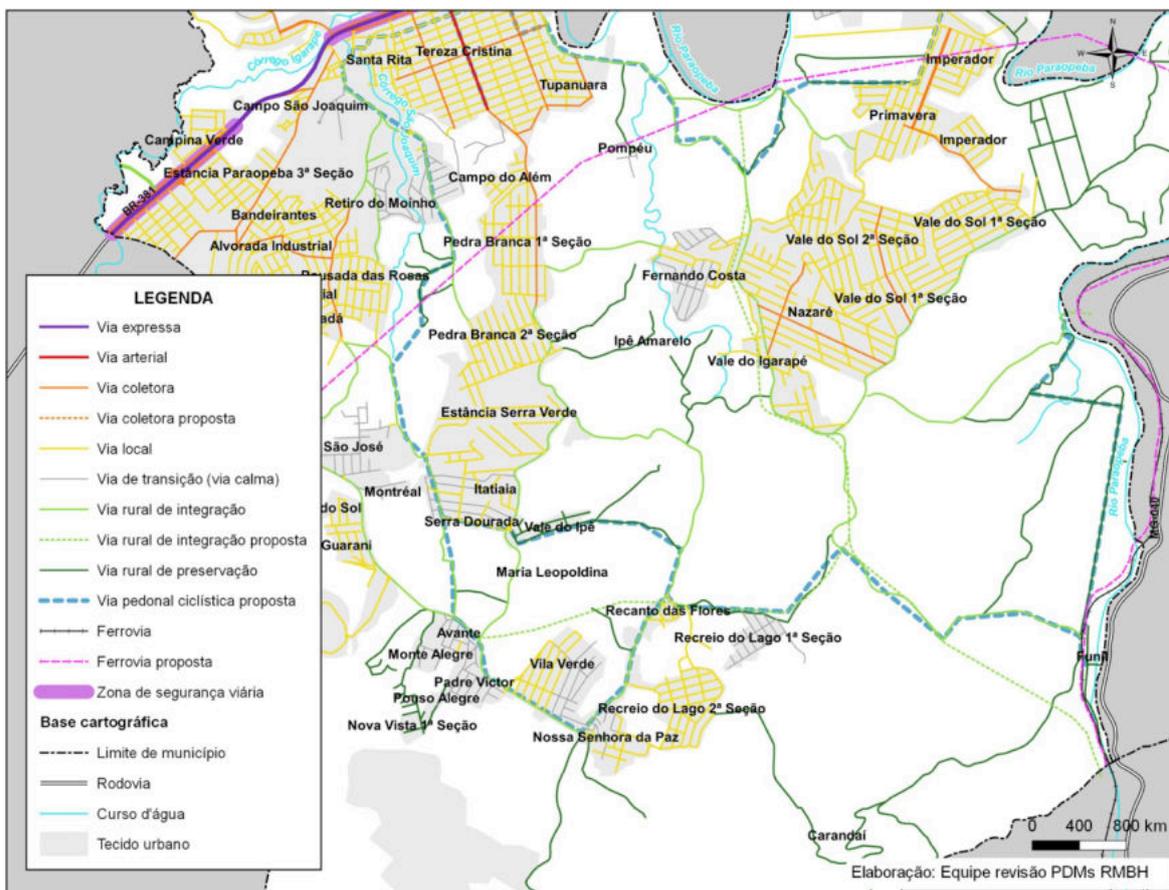
Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 12 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana – São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 13 – Proposta Preliminar de Reestruturação Viária na Área Urbana – São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.4 Propostas preliminares da Trama Verde-Azul

A concepção de uma “Trama Verde-Azul metropolitana” está prevista no Projeto de Macrozoneamento e se refere à ideia de um elemento articulador do território metropolitano, que busca assegurar a continuidade entre espaços naturais e rurais na dinâmica urbana da metrópole, incentivando seu uso e sua diversificação.

A proposta tem como elementos base as áreas com presença de vegetação (trama verde) e os rios com suas margens (trama azul), e tem como objetivo fomentar a proteção e recuperação dessas áreas, viabilizar seu uso recreativo de

maneira ampla e diversificada, promover a criação de circuitos de mobilidade ativa (não motorizados), proteger a atividade agrícola e incentivar a produção agroecológica, preservar e valorizar o patrimônio cultural e paisagístico, estimular o turismo ecológico e cultural, e minimizar os riscos ambientais à ocupação. A proposta preliminar aqui apresentada foi construída a partir da sobreposição de análises e sugestões oriundas das leituras comunitárias e técnicas; das propostas preliminares de classificação e reestruturação viária; dos mapeamentos do uso e ocupação do solo urbano e das restrições à ocupação; e das diretrizes e parâmetros do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

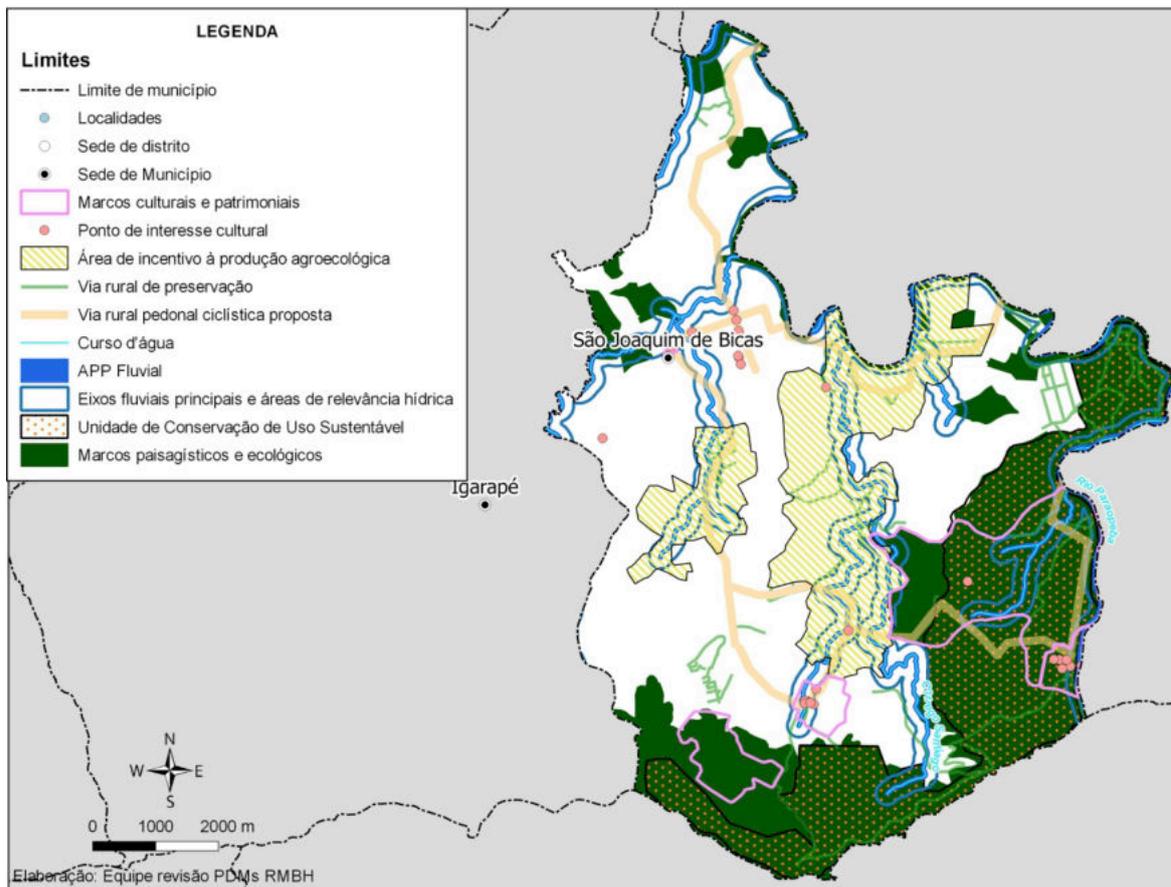
Tal proposta se articula em torno de cinco temáticas estruturantes que, por sua vez, são compostas por diferentes elementos, descritos na tabela abaixo e identificados no mapa síntese da proposta preliminar da Trama Verde-Azul para o município de São Joaquim de Bicas, que são apresentados a seguir.

Tabela 3 – Elementos que compõem a Trama Verde-Azul

TEMÁTICA	ELEMENTOS CARTOGRÁFICOS	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES
Patrimônio cultural	Pontos de Interesse Cultural Marcos Culturais Patrimoniais	Elementos construídos, edificações e suas respectivas áreas ou lotes; conjuntos arquitetônicos, sítios urbanos ou rurais; sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos; templos religiosos, elementos paisagísticos; conjuntos urbanos, espaços e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial e/ou a usos de valor socialmente atribuído.	Regiões de interesse, histórico, paisagístico, artístico, arqueológico e ou arquitetônico, em que a proteção e a ampliação do acesso devem ser incentivadas.
Agriculturas	Áreas de Incentivo à produção agroecológica	Áreas de produção agrícola (existentes ou potenciais) inseridas ou próximas às ocupações urbanas (dentro ou fora do perímetro urbano proposto) e aquelas próximas aos cursos d'água.	Áreas importantes para a manutenção da seguridade alimentar, dos usos rurais e para a consolidação de práticas produtivas que contribuem para a qualidade ambiental. Devem ser incentivadas as práticas agroecológicas e em transição; o manejo do solo e da água em vistas à seguridade e qualidade ambiental; a produção de alimentos saudáveis e a eliminação do uso de agrotóxicos; e a manutenção dos usos rurais de baixo impacto.
Patrimônio ambiental e paisagístico	Marcos paisagísticos e ecológicos Unidade de conservação de usos sustentável	Parques e zonas municipais de preservação ambiental, unidades de conservação e áreas definidas no Macrozoneamento como ZP-1 (Zona de Proteção-1)	Áreas de importância ambiental e paisagística reconhecida que devem ser protegidas, recuperadas e onde usos públicos, recreativos e de turismo ecológico devem ser incentivados.
Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica	Curso d'água APP Fluvial Eixos fluviais principais e áreas de relevância hídrica	Áreas de relevância para a preservação das águas, para a conexão ecológica e para a viabilização do usufruto e acesso universal aos rios.	Áreas de importância hídrica, ecológica e recreativa, que devem ser protegidas e recuperadas. Deve ser incentivada a implantação de sistemas agroflorestais, o acesso universal, a implantação de circuitos de mobilidade ativa, e as atividades recreativas e de turismo ecológico.
Rede de acessibilidade e mobilidade ativa	Via Rural de Preservação Via Rural Pedonal Ciclistica	Vias e trilhas de acesso à zona rural e aos cursos d'água, sem pavimentação ou pavimentação permeável, de velocidade reduzida, com estímulo ou exclusividade à mobilidade ativa.	Lógica de preservação ambiental do entorno. Vias que se relacionam com a lógica de preservação do entorno, viabilizando circuitos recreativos e turísticos, incentivando a mobilidade ativa.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Figura 14 – Propostas Preliminares da Trama Verde Azul – São Joaquim de Bicas



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

2.5 Proposta preliminar de zoneamento

A elaboração da proposta preliminar de zoneamento para o controle dos padrões de uso e ocupação do solo no município de São Joaquim de Bicas, apresentada a seguir, foi construída a partir das diretrizes e propostas oriundas: (i) das duas oficinas participativas realizadas no município, a Oficina de Leitura Comunitária e a Oficina de Diretrizes e propostas Preliminares; (ii) das contribuições levantadas ao longo das reuniões do Grupo de Acompanhamento; (iii) do mapeamento dos tipos de uso e ocupação do solo urbano (iv) da identificação de áreas de restrição à urbanização; (v) do mapeamento dos elementos que compõem a Trama Verde-Azul; e (vi) do Macrozoneamento Metropolitano (MZ-RMBH).

Trata-se de uma proposta composta de zonas e sobrezoneamento cujas categorias foram definidas com o objetivo de simplificar a legislação urbanística do município, agilizando os processos burocráticos de aprovação de projetos e a compreensão da legislação urbanística pela população de forma geral. As categorias de zonas e sobrezonas adotadas teve como referência aquelas adotadas pelo MZ-RMBH que, em atendimento a diretriz específica do PDDI, pretende, de forma unificada, possibilitar também uma leitura integrada dos diversos zoneamentos municipais que integram o território metropolitano. Foram, no entanto, acrescentadas às categorias previstas pelo MZ-RMBH, outras que permitissem a adequação da proposta às especificidades da escala local.

A seguir, são apresentadas duas tabelas contendo as categorias adotadas acompanhadas de uma descrição com os objetivos a que se propõem e de exemplos que ilustram as respectivas intenções de uso e ocupação do solo, com destaque para aquelas acrescentadas à proposta do MZ-RMBH. Destaca-se que nem todas essas categorias foram necessariamente utilizadas na proposta preliminar de uso e ocupação do solo do município de São Joaquim de Bicas. Optou-se, contudo, por apresentá-las todas aqui de forma a permitir uma visão do conjunto de categorias que estão sendo utilizadas na revisão de outros Planos Diretores Municipais na RMBH.

Tabela 4 – Categorias de Zoneamento

NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ZP-1: Zona de Proteção 1	Zona de proteção ambiental máxima.	Unidades de Conservação, APA, APE, RPPN, Parques, marcos paisagísticos e ecológicos, etc.
ZP-2: Zona de Proteção 2	Zona rural ou urbana de ocupação dispersa e/ou baixa densidade orientada ao desenvolvimento da agroecologia, agricultura urbana agricultura familiar, turismo e lazer.	Fazendas, hotéis fazenda, chácaras, sítios etc.
ZP-3: Zona de Proteção 3	Zona especial de desenvolvimento urbano e preservação ambiental.	Projetos em áreas com atributos ambientais que conciliam adensamento com preservação: clubes; pousadas, equipamentos de uso coletivo, conjuntos residenciais e de uso misto.
ZAC-1: Zona de Atividades Complementares 1	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Condomínios residenciais unifamiliares e de baixa densidade.
ZAC-2A: Zona de Atividades Complementares 2A	Zonas predominantemente residenciais de baixa densidade.	Uso residencial unifamiliar de baixa densidade, casa com barracão, sobrado de uso misto.
ZAC-2: Zona de Atividades Complementares 2	Zonas predominantemente residenciais de média densidade.	Uso residencial uni e multifamiliar, casa, casa com barracão, sobrado de uso misto, predinho econômico.
ZAC-3: Zona de Atividades Complementares 3	Zonas mistas de média ou alta densidade e complexidade compatível com o desenvolvimento de centralidades locais.	Conjunto comercial conjuntos residenciais, edifícios comerciais e de uso misto.
ZDA: Zona de Diversificação e Adensamento	Zonas centrais mistas de alta densidade e grande diversidade e complexidade de usos compatíveis com o desenvolvimento de centralidades regionais metropolitanas.	Edifícios residenciais, não residenciais e mistos verticalizados, galerias e centros comerciais, equipamento de uso coletivo (polos regionais).
ZDEI: Zona de Desenvolvimento Econômico e Industrial	Zonas com localização e acessibilidade estratégicas para o desenvolvimento de atividades industriais e de logística.	Galpões, distritos industriais, centros de distribuição e logística.
ZEIS-1: Zona Especial de Interesse Social 1	Áreas que demandam regularização fundiária de assentamentos precários ou com infraestrutura urbana deficiente.	Vilas, favelas, loteamentos irregulares e assentamentos precários.
ZEIS-2: Zona Especial de Interesse Social 2	Áreas vazias ou subutilizadas que devam ser parceladas e ocupadas a partir de intervenções que promovam infraestrutura urbana e núcleos habitacionais.	Áreas vazias ou subutilizadas integradas ao tecido urbano, apropriadas ao parcelamento e ocupação, com boa acessibilidade e boas condições topográficas.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Tabela 5 – Categorias de sobrezoneamento

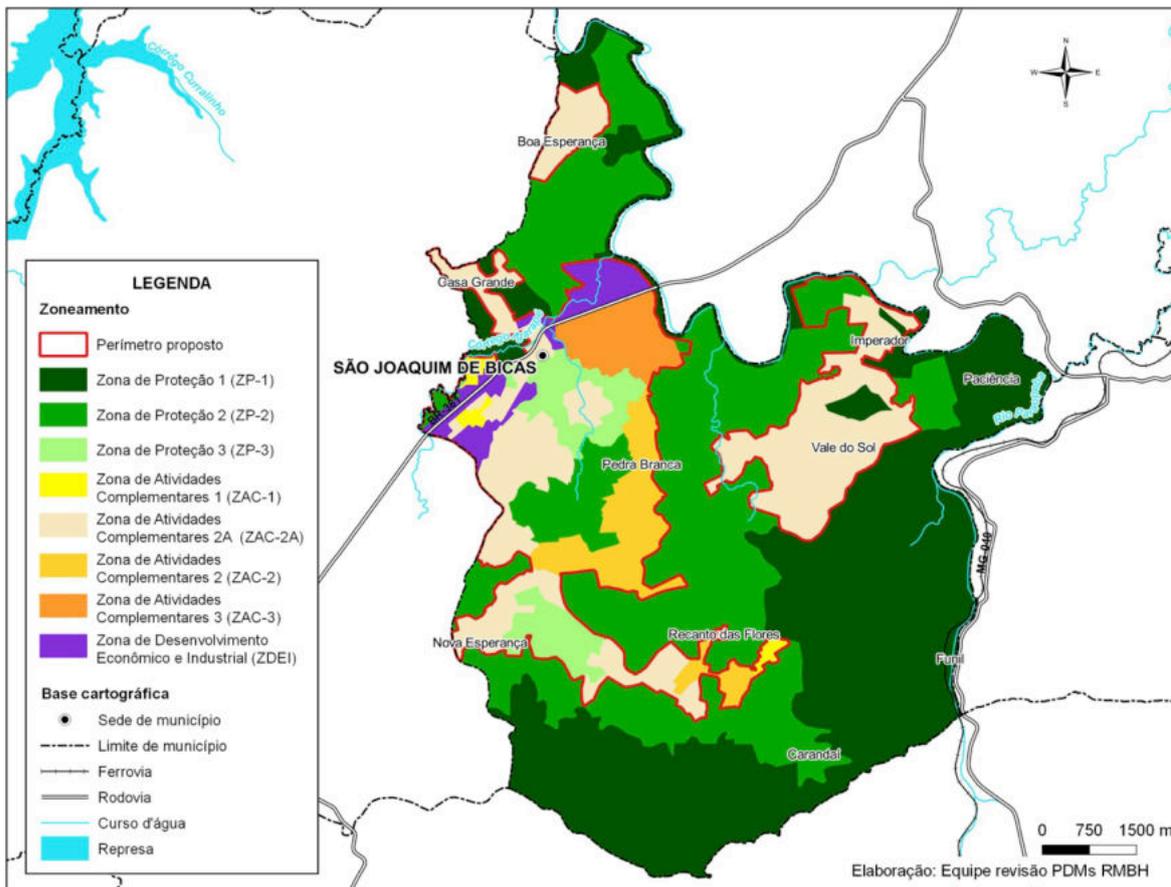
NOME	DESCRIÇÃO	INTENÇÕES PARA USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
ZDE-REQ: Zona de Diretrizes Especiais – Requalificação	Áreas em que demandam complementação e/ou melhoria da infraestrutura e/ou requalificação urbanística e/ou regularização fundiária.	Áreas consolidadas com infraestrutura deficiente, áreas consolidadas irregulares, áreas centrais que demandam projetos de requalificação urbanística e ambiental.
ZDE-MIN: Zona de Diretrizes Especiais – Mineração	Territórios minerários a serem recuperados quando degradados e integrados à Trama Verde-Azul.	Territórios minerários em atividade ou não.
ZDE-GE: Zona de Diretrizes Especiais – Grandes Equipamentos	Áreas destinadas a grandes equipamentos de interesse coletivo existentes ou previstos.	Presídios, estação de tratamento de água e esgotos, terminal multimodal, subestação, etc.
ZDE-ZIL: Zona de Diretrizes Especiais – Indústria e Logística	Áreas onde há interesse estratégico em privilegiar a instalação de atividades industriais e de logística.	Complexos industriais, parques tecnológicos, zonas de atividades econômicas especializadas, distritos industriais não poluentes e outras atividades econômicas conviventes com o uso residencial.
ZDE-ROD: Zona de Diretrizes Especiais – Rodovias	Áreas prioritárias para atividades econômicas, logística e tratamento ambiental ao longo de rodovias.	Trechos rodoviários em zona urbana com tratamento urbanístico diferenciado e exclusivamente destinado a usos não residenciais.
ZDE-PAC: Zona de Diretrizes Especiais – Patrimônio Cultural	Áreas para a proteção e ampliação do acesso aos bens de valor histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico.	Edificações, conjuntos arquitetônicos, sítios naturais, sítios arqueológicos, áreas indígenas, espaços públicos, templos religiosos e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial.
ZDE-AMB: Zona de Diretrizes Especiais – Ambientais	Áreas para recomposição florestal de áreas degradadas, contenção de materiais sedimentares, sistemas agroflorestais, e adequação de técnicas de manejo do solo.	Áreas de relevância hídrica e ecológica, considerando a conectividade de sistemas ambientais e a estruturação de práticas de menor impacto em áreas frágeis.
ZDE-AGR: Zona de Diretrizes Especiais – Agroecologia	Áreas com incentivos para produção agroecológica e em transição; manejo de uso do solo e da água; produção de alimentos saudáveis; manutenção dos usos rurais de baixo impacto.	Áreas importantes para a manutenção da segurança alimentar, dos usos rurais e de consolidação de práticas produtivas de menor impacto ambiental.

Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

A seguir, são apresentados dois mapas que sintetizam a proposta preliminar das categorias de uso e ocupação do solo para São Joaquim de Bicas: o primeiro traz

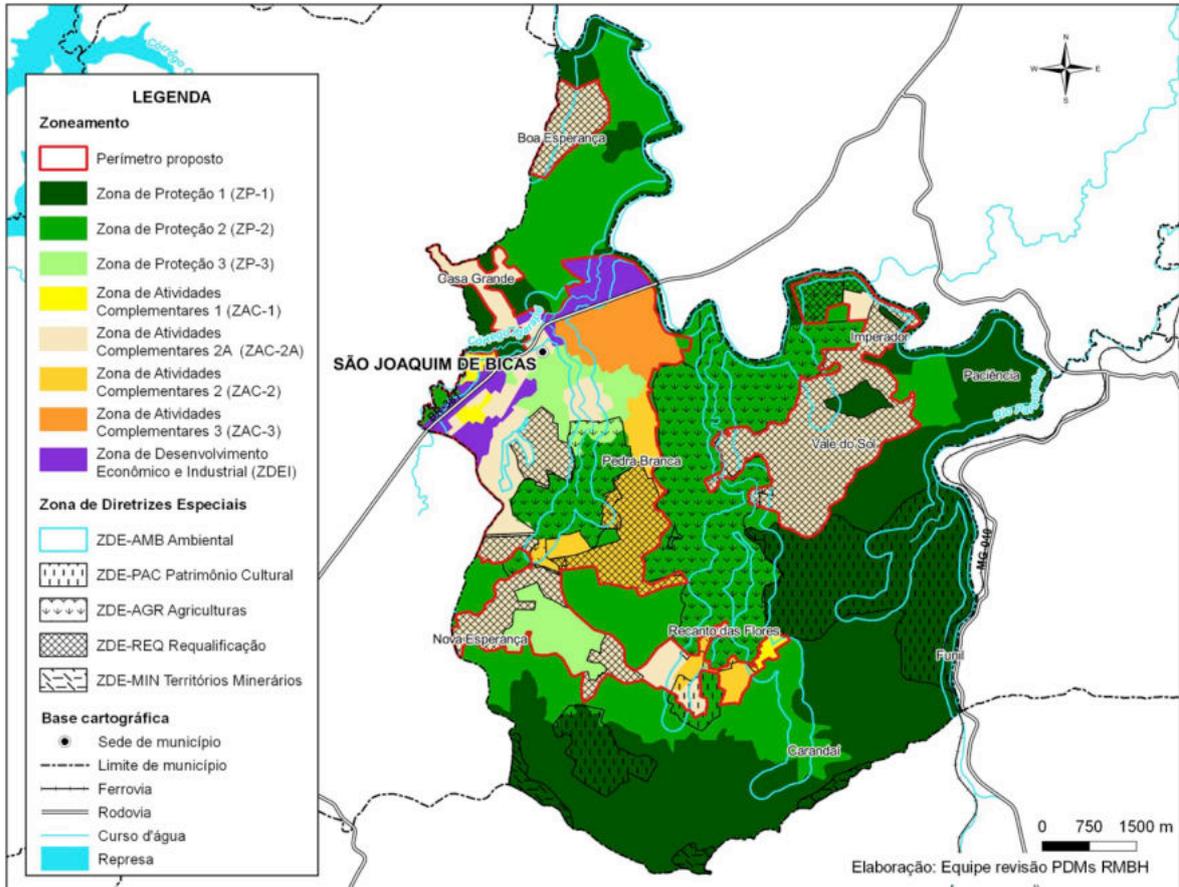
o zoneamento e o segundo as zonas de diretrizes especiais que compõem o sobrezoneamento que incide sobre as primeiras.

Figura 15 – Proposta Preliminar de Zoneamento Municipal



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

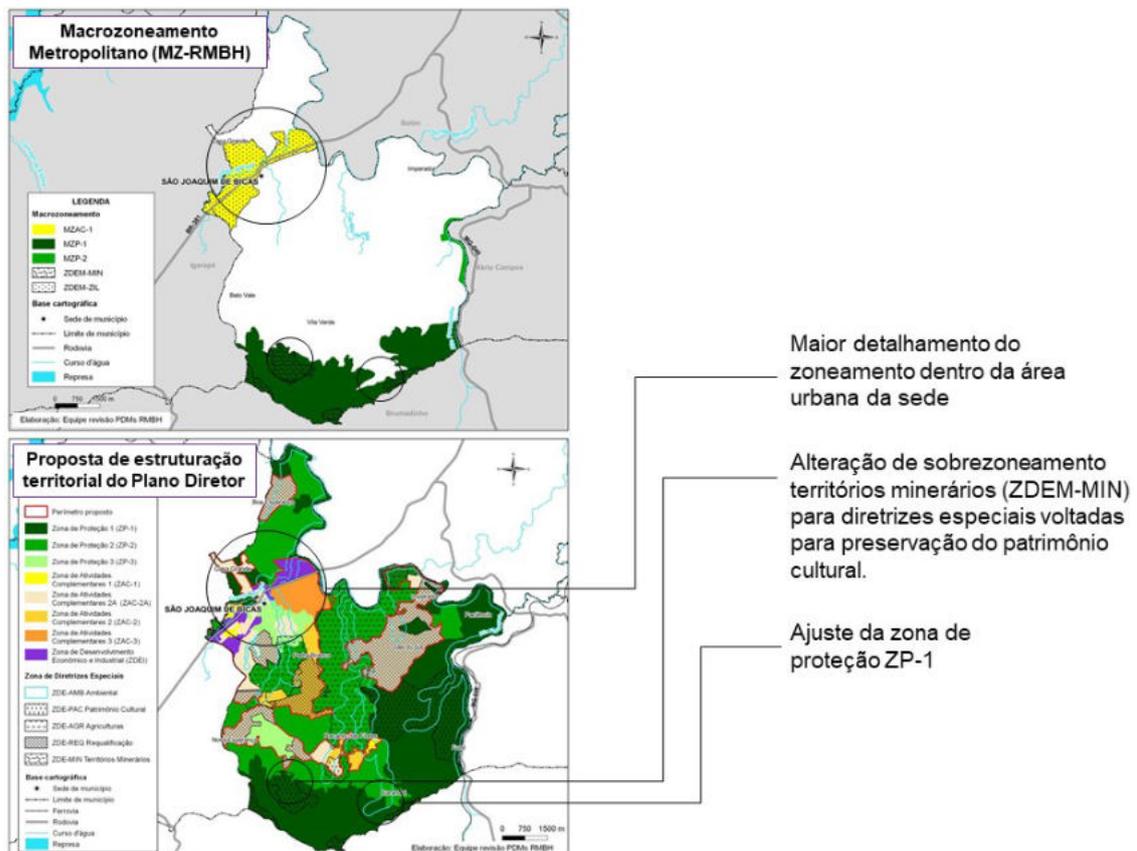
Figura 16 – Proposta Preliminar de Sobrezoneamento Municipal



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O segundo critério foi a compatibilização e especificação, em escala local, das manchas de zoneamento e avanços conceituais propostos pelo Macrozoneamento Metropolitano, especialmente nas áreas do município demarcadas como Zona de Interesse Metropolitano (ZIM). Ao mesmo tempo, conforme apontado na metodologia do trabalho (Produto 3), tal compatibilização entre as propostas metropolitanas e as propostas municipais buscou a efetiva implantação do Macrozoneamento sem prejuízo do interesse local e dos processos de participação e aprofundamento técnico realizados ao longo da revisão do Plano Diretor. Decorre dessa consideração necessários ajustes sobre a proposta do MZ-RMBH que, no caso de São Joaquim de Bicas, está representada na figura abaixo que permite identificar as principais diferenças entre a proposta do MZ-RMBH e a proposta de estruturação territorial do Município.

Figura 18 – Comparação com Macrozoneamento Metropolitano



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

Dessa forma, a proposta de estrutura territorial proposta para o Município de São Joaquim de Bicas é compatível com o macrozoneamento metropolitano, promovendo três pequenos ajustes, a saber: (a) maior detalhamento do zoneamento na área urbana da sede; (b) Alteração de sobrezoneamento territórios minerários (ZDEM-MIN) para diretrizes especiais voltadas para preservação do patrimônio cultural; e (c) ajuste da zona de proteção ZP-1.

ANEXO I – MINUTA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

(LOGOMARCA DA PREFEITURA)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE OFICINA DO DIAGNÓSTICO SÍNTESE, DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXX

A Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXXXXX { *(e caso exista)*... e o Conselho das Cidades} convida (m) para a **Audiência Pública: Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do PLANO DIRETOR de XXXXXXXXXXXXX**. O evento faz parte da elaboração do Diagnóstico Propositivo Participativo proposto no desenvolvimento metodológico da Revisão do Plano Diretor municipal e tem por objetivo apresentar e discutir o diagnóstico síntese preliminar que subsidia o Diagnóstico Propositivo Participativo; e debater as diretrizes iniciais para as propostas de reestruturação territorial.

Data: xxx de XXXXXX 2017, XXXXX-feira

Local: XXXXXXX (ex. auditório...) Rua xxxxxxz, número xxxx, bairro xxxxx

Horário: das XXXXXX 18h as XXXXXXX 21h30min (3 horas e meia de duração)

Participantes: Representantes do Poder Público municipal e estadual, da Câmara dos Vereadores, dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das entidades metropolitanas, da Equipe técnica da UFMG e da Agência Metropolitana, bem como da população em geral.

Pauta: **(1)** Informação da evolução do Processo de Revisão do Plano Diretor do município. **(2)** Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar; **(3)** Realização de Oficina Participativa para a manifestação dos participantes, no intuito de definir as diretrizes das propostas de reestruturação territorial, conforme a proposta metodológica da Revisão do Plano Diretor.

Município, data XXXXXXXXXXXXXXXX

Nome do Prefeito ou Prefeita

Prefeito ou Prefeita do Município de XXXXXXXXXXXXX

Nome do Representante (eventualmente)

Representante do Conselho das Cidades

ANEXO II – LISTA DE PROVIDÊNCIAS PARA ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA DA OFICINA

Aos responsáveis pela organização da Audiência Pública: Oficina de Leitura Técnica

Alguns lembretes de providências necessárias para garantir a qualidade na organização e na logística da Oficina:

1. Credenciamento:

Mesa para o credenciamento

Duas pessoas para colaborar

Obs.: equipe de mobilização (UFMG) está responsável pela lista de presença.

2. Trabalho em grupo (roda de conversa):

Dois espaços amplos apropriados para a dinâmica de grupo

Haverá três mapas que devem ser afixados em um suporte (parede, quadro, muro, etc..)

3. Lanche

A critério da prefeitura

4. Projetor (datashow)

Notebook

Local adequado para projeção (telão ou parede lisa e branca)

Observação: não será necessário cerimonial da prefeitura e/ou câmara municipal. A abertura ficará por conta do/a prefeito/a ou representante

ANEXO III – MATERIAL GRÁFICO DE APOIO À MOBILIZAÇÃO

Convite

planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Prefeitura Municipal, a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a Universidade Federal de Minas Gerais, convidam para a Oficina do Plano Diretor do Município de **São Joaquim de Bicas**.

Data: 25 de Setembro de 2017, segunda-feira

Local: Teatro Municipal José Jacinto de Freitas
R. Ruberval Rodrigues - n 18 - Bairro Tupanuara

Horário: 13h30min às 17h00min

Pauta:

- (1) Informação do Processo de Revisão do Plano Diretor do município;
- (2) Apresentação e discussão do Diagnóstico Síntese Preliminar pela equipe da UFMG;
- (3) Definição coletiva de Diretrizes para proposta de reestruturação territorial



Oficina de Diretrizes e Propostas para o Plano Diretor de São Joaquim de Bicas.
Venha fazer parte do planejamento de nosso município!

DATA: 25/09/17
Segunda-feira

HORA: 13h30

LOCAL: Teatro Municipal José Jacinto de Freitas - R. Ruberval Rodrigues, 18. Tupanuara

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

Você sabia que a Constituição Federal define a obrigatoriedade do **Plano Diretor** e o Estatuto da Cidade o regulamenta como instrumento básico da política urbana para o pleno desenvolvimento das **funções sociais da cidade**?

Participe da construção e da aprovação do Plano Diretor de seu município!
<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais
PDDI-RMBH

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

MINAS GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

ANEXO IV – PROGRAMAÇÃO DA OFICINA

Programação

Plenária

1. Abertura | Credenciamento, Acolhida **30'**
Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

2. Balizamento | Apresentação do Projeto e **1h**
Diagnóstico Síntese do município

Rodas de conversa **1h30'**
Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária **30'**

1. Relatos
2. Fechamento

ANEXO V – LISTA DE PRESENÇA – OFICINA



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de SÃO JOAQUIM DE BICAS
Data 25 / 09 / 2017 **Horário: 14:00**
Local: Teatro Municipal José Jacinto de Freitas

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Elisa Ribeiro do Vale Augusto Gomes	Executivo	3534-9000	arquitetura.saojoaquimdebicas@gmail.com	<i>Elisa Ribeiro do Vale Augusto Gomes</i>
02	Guilherme Souza Mundim	Executivo	99903-2686	gsmmundim@hotmail.com	<i>Guilherme Souza Mundim</i>
03	Cleisson Eduardo Arcipreste	Executivo	3534-9000	obras.saojoaquimdebicas@gmail.com	<i>Cleisson Eduardo Arcipreste</i>
04	Rafael de Resende Ohashi	Executivo	99878-7550	rafael@ohashi.com.br	<i>Rafael de Resende Ohashi</i>
05	Sidnei Eustaquio dos Santos	Legislativo	97153-0176	academiaprofessorsidao12por8@yahoo.com.br	<i>Sidnei Eustaquio dos Santos</i>
06	Aecio Pinto Rodrigues	Legislativo	99216-9144	aecio.p.rodrigues@gmail.com	<i>Aecio Pinto Rodrigues</i>
07	Silmara Campos	EMATER-MG Sociedade Civil	3534-0589	sao.joaquim.bicas@emater.mg.gov.br	<i>Silmara Campos</i>
08	Raimundo Bispo Damaceno	Sociedade Civil	99675-2896		<i>Raimundo Bispo Damaceno</i>

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc BICAS.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
 Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
Planos
de Diretores
de Municipais



Ord.					Assinatura
09	Francisco Hermelino de Resende	Sociedade Civil	99506-7900	ninoresende14@yahoo.com.br	
10	Alexandre Alves de Souza	Sociedade Civil	98467-0970	alexandrealvesdesouzab@gmail.com	
11	Haruna Hama	Sociedade Civil	98366-4343	haruna.hama@hotmail.com	
12	Wellington Geraldo Ornelas	Sociedade Civil	99634-5123	wellingtonornelas@yahoo.com.br	
13	Aline T. Perdigão	Semertrinha	99113-0538	alinetperdigao@hotmail.com	
14	Alexander Francisco de Alencar Pereira	Empreiteira	991070012	DOUGLASVIDAZ@HOTMAIL.COM	
15					
16					
17					
18					
19					

MODELO ARMMH - Lista Prestadora de BICAS.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 2 de 4



LIS Nº
 Título da Reunião: Audiência Pública de Oficina de Diretrizes e Propostas para o PLANO DIRETOR de São Joaquim de Bicas
 Horário: 13:30h
 25/09/2017
 Local: Teatro Municipal José Jacinto de Freitas, Rua Ruberval Rodrigues, nº 18, Bairro Tupanuará

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Luci de Freitas		99932.777		
02	João Antonio		384 30-6498		
03	Marcos Vinícius de Aguiar		99315.1912		
04	Angélica Elaine de Oliveira		9915.77923		
05	Geraciela Gomes				
06	Andreia Pereira		99258.3448		
07	Elis R. V. Gomes	Procuradoria	38808585	acq.vilhelma.scaj@juizdelreidebicas@gmail.com	Elis R. V. Gomes
08	Sírcia Cristina Silva	CÂMARA	921530176	professor_sircia@53@yahoo.com	
09	Andreia Pereira				



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
 METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
 Revisão de Planos
 Diretores Municipais RMBH



MINAS
 GERAIS

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	Email	Assinatura
10	Graciele Maria de Albuquerque		99738-2881	imobiliariaFAG@gmail.com	
11	Vicente de Oliveira Soares		999789468	11	
12	Atílio Pinheiro Romão	Camara Municipal	992169194	atilio.pinocheiro@gmail.com.br	
13	Abilio Moura		99701833	abilio@abilio.com.br	
14	Wendel Victor Cirqueira	Soc. Empres. Civil	996595125	wendel.victor@cirqueira.com.br	
15	Flavio Luis Alves	C. Social	998059199		
16	Deivid Gomes da Silva	Produtora de Energia	996996585		
17	Cidria Ribeiro	CROS	984643041	cidria.ribeiro@gmail.com	
18	Sivini Melo	CPAS	992350221	Sivini Melo de Aquino.com.br	
19	Yosi Antônio	Primavera	994427099		
20	Caetano Soares	Primavera	994220999		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
Revisão de Planos
de Diretores
Municipais

RMBH



MINAS
GERAIS

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
21	Socorro Santana Almeida	Hermanos Primavera	9942-4599		
22	Rosamaria Uvaes	Nu Sabinhos Primavera Hermanos Primavera	995317156		X Rosamaria Uvaes
23	José Ricardo Soares		9-99421099	acardro@falbauer.com	
24	Roberval g. Miranda	Proj. EH	532546257	dsorn12@hotmail.com	
25	Joanna Pedreira da Silva	Prof. RH	999320597	miriam.medeiros123@gmail.com	Joanna Pedreira da Silva
26	Kerina Cristina A. Rod.	U. Acadêmica	99961-3749	kerinacris3@gmail.com	
27	Jonivalde S.R. Medeiros	Un. Acadêmica	999579300	suelasilva1104@hotmail.com	
28	Neuza G. de Fátima D.	Unid. Acadêmica	998651248	marilau.hoim@hotmail.com	
29	Luíza Moraes	Assoc. Social	99942.1898	lhm.moraes@gmail.com	
30	Eliana Rezende Santos Cavada'		99640-7629	elianaerezende13@gmail.com	
31	Edina de S. Oliveira	Rúbrica de Uvaes	93888120	edina.oliveira6@gmail.com	



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
de Planos
de Diretores
de Municípios
RMBH



MINAS
GERAIS
GOVERNO DO ESTADO

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
32	WANDA SIONE DE OLIVEIRA		996907214	SARAS: PRIMAVERA DEBOSTWES2014@hotmail.com	WOLiveira
33	Arthur Coimbra D	Preparadora	505551901		Arthur Coimbra D
34	Isabel Bandeira de Sá	HumaniTas / Construtora Passos	9942.7099 93566.8396		
35	Isabel Dutra	Construtora Passos	98478.8918	isabel.mogalho@construtorapassos.com.br	Isabel Mogalho
36	Débora Resende Morais	Arquiteta e Urbanista	31997684797	arqurbdebora.morais@gmail.com	Débora Resende Morais
37	Ranilla Hesther Oliveira	Simoesiana	984997099		Ranilla Hesther Oliveira
38	Alvina Hesther	Humanitas	99427099	humanitas.sfb@gmail.com	Alvina Hesther
39	Elaine Lúcia C. Sousa	HumaniTas	99985844	eladees99@hotmail.com	Elaine Lúcia C. Sousa
40	Martina M. Costa	HumaniTas	98943-6384	martinamc@yahoo.com.br	Martina M. Costa
41	CECILIA ROSA	HumaniTas	998431022		
42	Alexandra	HumaniTas			



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
Revisão de Planos
Diretores Municipais RMBH



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
43	Rodrico Andreini Silva	vice Pref	3534-7000	andreg@111400.com.br	
44	Aline T. Ruedios	Secretaria	9113-0538	alinetperdigao@hotmail.com	
45	João Roberto Casarini	PROFESSOR	99618-014	secret.alm@siglogundebras.org.br	
46	Márcia Mendes Lucina	Faculdade	99780-6291	mgymendes28012022@gmail.com	
47	Patrícia Aparecida Firmado	Associação de Pais			
48	Patrícia Lucia de Amorim	Associação de Pais	35220340		
49	Almir Almeida	PROFESSOR			
50	Paulo Angel de Ab	Associação		HEROINDUSTRIAL S.Y. DE BIENS	
51	Guisele de Jesus Alves	Procurador		Associação Agroindustrial dos Pequenos Produtores	
52	Daniel Soares de Almeida	Procurador	937158725		
53	Adain Josi de B. Zepherino	Procurador	99627906		



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
dos Planos
de Diretores
de Municípios RMBH



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
54	Mariana M. S. B. Oliveira	Slump Eng.	(31) 991496113	murdimsilva@hotmail.com	
55	Solange Maria Eller de Oliveira	Control de Ambiental Agpt	987268360	joaquim.bicas@habitagonsyazi.org.br	
56	Anderson Ruyon L. Mandelstam	Pro. A. SAs Joazq. D	996339440	gab.pne2.k@5ao5aagum.de3.ics	
57	Ronaldo Teodoro	Assoc Social		car. Me. 57	
58	FABIO LUIS DE SOUZA	SEBENAR TENSILTO PLENITIA	987645073	FABINHO DE BILIAS @ Y2 HOO. COM	
59	Sergio Clonke da S	Verreder	995892046		
60					
61					
62					
63					



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de SÃO JOAQUIM DE BICAS
Data 25 / 09 / 2017 **Horário: 14:00**
Local: Teatro Municipal José Jacinto de Freitas

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	José de Almeida	CEMIG	995505192	jozedealmeida@cemig.com.br	
02	Paulo César de Souza	Associação de Municípios	35343000	procuradoria@juridico.org.br	
03	Tonny de Lencastre	Procuradoria Municipal	999560650	tonny.lencastre@procuradoria.mg.gov.br	
04	Luciano de Souza	Edições / Pref.	35349240	luciano@edicoes.com.br	
05	Carla de Souza	Pre. r.	35349240	carla@edicoes.com.br	
06	Teodoro	Pre. r. Vere	35349240	teodoro@edicoes.com.br	
07	Alex Erick Zene	COPELOR IMOB.	99595-0123	alexerickzene@copelormg.com.br	
08	Roselinda de Souza	Imobiliários	98841414	roselinda@imob.com.br	

MODELO ARMBH - Lista Presenca.doc ESTA.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
 Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 1 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
Plano
de Diretores
Municipais
RMBH



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Prudei Oliveira	R.N. S. S. S. S. S.	31 9966959524		Prudei Oliveira
10	Cláudia Leiva	Associação Legosa	98889952		Cláudia Leiva
11	Anderson J. Henriques	Comunidade Municipal Produtora	991657007		Anderson J. Henriques
12	Viviana Raimunda R. Oliveira	Produtor	98889952		Viviana Raimunda R. Oliveira
13	Wesley Oliveira	Associação de Produtores	51 de Bicas		Wesley Oliveira
14	Wagner Luiz A. Silva	Associação de Produtores	33861905		Wagner Luiz A. Silva
15	FOSSE DAS BICAS		995555182		
16	Associação de Produtores		999837452		
17	Associação de Produtores				
18	Associação de Produtores				
19	Associação de Produtores				

MODELO ARM9H - Lista Presença.doc - ESTAB.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
de Planos
de Diretores
Municipais



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
20	Fuliana de S. Alencar	Procurador Federal	096118619	fulianabks@hotmail.com	
21	Somália Ribeiro do Siqueira	U.S. da Pous	998068809		
22	Marques José Brandão dos Santos	U.S. da Pous	996166736		
23	Maurício Alves Resendon	Barão de Itambé	993580038		
24	HARUNA HARUNA	ARQUITETA SOC. CIVIL (G.A.)	983664343		
25	Dr. Felipe Siqueira	Sec. Educação	998603520		
26	Vanilda da place Moura	Sen. Saúde	35349000		
27	Carlos meireles	Sec. Fazenda			
28	Arthur de L.	Sec. Administração	998924000		
29	Roberto J. Mesquita	Soc. Civil	99951-7060		
30	Raulo da Silva Moura	Procurador	99247-2313		

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 3 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



planoMetropolitano
de Planos
de Diretores
e Municipais
RMBH



	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
31	Flávio Furquoso	Comarca muni-	999682234	2510.8122@emurcom.	<i>[Signature]</i>
32	Bruno dos Santos	Porfido Trabalho	19.8247488	brunodossantos@bol.com.br	<i>[Signature]</i>
33	Sir Penelope Costa		999084259		
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					

MODELO RMBH - Lista Presenca.doc ESTA.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Gerais - 13º andar
Belo Horizonte-MG / CEP 31.630-901

Página 4 de 4



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de SÃO JOAQUIM DE BICAS
Data 25 / 09 /2017 **Horário: 14:00**
Local: Teatro Municipal José Jacinto de Freitas

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Yara Paídas S. G.	Produtora Imater Produções	999915095		Yara Paídas
02	Deivid Ferreira de Jesus	A. 1º Grau Industrial S.S.B			Deivid Ferreira
03	Amorim Dlanis Espírito Santo Agromontaria	Produtor Agromontaria	999549419		Dlanis Amorim
04	Marcia Cristina Sepulveda	Câmara Municipal	98488-3589		Marcia Sepulveda
05	Luciano da Silva Maia	Agricultor	999112123		Luciano da Silva
06	Bruno Farias de Siqueira	Empresário	988490346	brunoav51@whatsapp.com	Bruno Farias
07	Kennedy Camilo de Barros Silva	U.S. do produtor			Kennedy Camilo
08	Wendel Moreira da Silva	N.S. Pesquisador			Wendel Moreira

MODELO ARMBH - Lista Presença.doc ESTJA.doc

Cidade Administrativa - Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Pédregal Gerais - 138 andar
 Belo Horizonte - MG / CEP 31.630-901

Reunião Pds
Data: 02/05/2017
Horário: 9h
Local: Auditoria - /Fac/UFG

Equipe UFG - Audiência Pública: Oficina de Diagnóstico Síntese, Diretrizes e Propostas Preliminares de Revisão do Plano Diretor de São Miquelini DE BICAS 24 / 09 /2017

Nome	Afiliação Institucional	e-mail	Assinatura
1 André Veloso	UFMG	andreveloso@gmail.com	
2 Bruno Fernandes Lima	PUC Minas	brunofmpl@gmail.com	
3 Clarice Libanio	UFMG		
4 Daniel Medeiros de Freitas	EAUFGM	danielmedeirosdefreitas@gmail.com	
5 Daniela Adil	IGC/UFMG	daniadil_auc@gmail.com	<i>Daniela</i>
6 Eduardo M. Memória	EAU/UFMG	eduardomemoria@gmail.com	
7 Geraldo Costa	IGC/UFMG	gencostal@gmail.com	
8 Hildelano Delamuse Theodoro		hildelano@yahoo.com	
9 Heloisa Schmidt Andrade	Parangolé	helo_and@uol.com.br	
10 Heloisa Soares Moura Costa	IGC/UFMG	heloissamcosta@gmail.com	
11 João Bosco Moura Tomucci Filho	IGC/UFMG	joantomucci@gmail.com	
12 Laís Grossi		grossidolivreira.lais@gmail.com	
13 Leandro de Aguiar e Souza	Isabela Hendrik	leandrodeaguiar@yahoo.com.br	

Nome	Afiliação Institucional	e-mail	Assinatura
14 Leopoldo Curi	EA/UFMG	leopoldocuri@gmail.com	
15 Luciana Bizzotto	UFMG	bizzotto.lu@gmail.com	
16 Luiz Felipe B. Almeida	NPQAU/UFMG	luizfelipe.almeida@gmail.com	
17 Marcus Brito	UFMG	marcos.brilocastro@gmail.com	
18 Marcus Gustavo Pires de Melo	UFMG	marcosgustavo@gmail.com	
19 Mariana Moura	EA/UFMG	marimoura.arq@gmail.com	
20 Mathheus Romualdo		matheusr@gmail.com	
22 Nilo Nascimento	EA/UFMG	nilcon@ctr.ufmg.br	
24 Roberto Luis Monte-Mor	Codeplar/Face/UFMG	monte-mor@cedepar.ufmg.br	
25 Rodolfo Alexandre Cascão Inácio	Parangolé	ocacao@gmail.com	
26 Rodrigo Lemos	IGC/UFMG	rslemosh@gmail.com	
27 Tiago Guerra		iguerra@gmail.com	
28 Thais Nassif	EA/UFMG	thaisnassif@gmail.com	
29 Thiago Flores	LUMES	thiagoduarteiflores@gmail.com	
30 Thais Rubião	LUMES	thairubio@gmail.com	

Reunido PDs
Data: 02/05/2017
Horário: 9h
Local: Auditorio - Face/UFMG

31	Cinrya Ornelas	LUMES	cinyaornelas@gmail.com	
32	Ana Carolina Annoni	LUMES	anacarolinanag@gmail.com	
33	Pedro Heliodoro	LUMES	pt-heliodore@hotmail.com	<i>Edo Ruyne Revisão Movimento</i>
34	Mariana Tonelli	LUMES/Abts	marianatorelli@gmail.com	
	Victor Gabriel de Souza Lima			
	Tais Freire de Andrade Clark			
	Alice Rennó			
	Jessica Barbosa Antonim			
	Paulo Henrique da Costa			
	Ana Cecília de Souza			
	Wladimir Felipe Drummond Pereira			
	Alisson Henrique Couto			
	Ana Flávia Porto Maia			

Reuniao PDs
 Data: 02/05/2017
 Horário: 9h
 Local: Auditorio - Fracal/FMIG

Equipe ARMBH	Nome	Afiliação Institucional	e-mail	Assinatura
	Mateus Almeida Nunes	ARMBH		
	Sabrina Rocha	ARMBH	sabrina.rocha@agenciarnbh.mg.gov.br	
	Camilla Kraier	ARMBH	camilla.kraier@agenciarnbh.mg.gov.br	
	Julia Labonne	ARMBH	julia.labonne@agenciarnbh.mg.gov.br	

Reunio PDs
 Data: 02/05/2017
 Horário: 8h
 Local: Auditorio - /Fack/UFMG

ANEXO VI – LISTA DE CHAMADAS – ENCONTROS GA

Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
Estado de Minas Gerais - C.G.C.: 01.612.516/0001-50

planoDiretor
Planos Diretores RMBH
Municípios

LIS N°
Título da Reunião: LUME – Revisão Planos Diretores
Responsável: _____ Horário: _____ Duração: _____
Local: Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas

Ord.	Nome Completo	Bairro	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Rafael Felipe Mendes	Prefeitura	(31) 9997-119	planoDiretor@gsnail.com	Rafael F. Mendes
02	Silvia Ribeiro de Souza Margarita Gomes	Prefeitura	(31) 2150911	arg.ribeiro@saopaulo-bicas.com	Silvia Ribeiro de Souza
03	Stegor Amicus de Oliveira	Prefeitura	31 98107002	DOUGLASVDR@HOTMAIL.COM	Stegor Amicus de Oliveira
04	Julio Cesar de Oliveira	UFMG	19 99549944	julio.cesardeoliveira@gmail.com	Julio Cesar de Oliveira
05	PETRO HENRIQUE HILIOBORO	UFMG	04143301365	ph-hilioboro@hotmail.com	Petro Henrique Hilioboro
06	WELLINGTON ORUBIAS	SOCIEDADE CIVIL	936395123	WELLINGTONORUBIAS@YAHOO.COM.BR	Wellington
07	AELIO PLATO RODRIGUES TERESA CRISTINA	PRIMEIROS	31 99169144	aelio.p.rodrigues@gmail.com	Aelio Plato Rodrigues
08	Jose Eduardo Soares	PRIMEIROS	9 9992 799	eduardo@habitar.com.br	Jose Eduardo Soares

Página 1 de 2

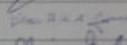
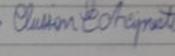
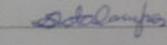
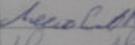
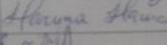
Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
Estado de Minas Gerais - C.G.C.: 01.612.516/0001-50

planoDiretor
Planos Diretores RMBH
Municípios

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Aline T. Perdigão	SOC CIVIL	99113.0537	alinetperdigao@hotmail.com	Aline T. Perdigão
10	Sâmara Aparecida Cota Campos	EMPREEND SOC CIVIL	3539-0583	sac.joquim.bicas@emakr.mg.gov.br	Sâmara Cota Campos
11	Juliana Lopes Cassalho	SOC meuambiente	3539-7099	meuambiente@saopaulo-bicas.mg.gov.br	Juliana Lopes Cassalho
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					

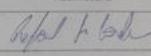
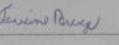
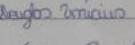
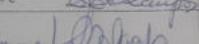
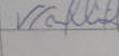
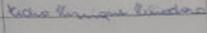

 Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
 Estado de Minas Gerais - C.G.C. 01.612.516/0001-50


 planoMetropolitano
 Planos Diretores RMBH Municipais

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Rafael Felipe Mendes	Prefeitura	9 4972-5599	rafaelufb@ymail.com	
02	Silvia Regina de Sá Gomes	Prefeitura	3532 8234	regulatore@saogomedebras@gmail.com	
03	Cleisson Eduardo Araçá Preste	Prefeitura	99946546	secret.obras@saojoaquimdebicasmg.gov.br	
04	Silmara Aparecida Campos	EMATER.MG SOC CIVIL	3534-05 89	sao.joaquim.bicas@emater.mg.gov.br	
05	PEDRO HELEIQUES HELIOPOPO	UFMG	933641365	ph-heliodoro@hotmail.com	
06	ACÍCIO PIRO RODRIGUES	CAMPA MENSILEIRA	99-169144	acicio.p.rodrigues@gmail.com	
07	HARUNA HAMA	ARQUITETA	983664393	haruna.hama@hotmail.com	
08	WELLINGTON ORNELAS	SOCIEDADE CIVIL	996345123	WELLINGTONORNELAS@YAHOO.COM.BR	


 Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
 Estado de Minas Gerais - C.G.C. 01.612.516/0001-50


 planoMetropolitano
 Planos Diretores RMBH Municipais

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Rafael Felipe Mendes	Prefeitura	9 4972-5599	rafaelufb@ymail.com	
02	Tarciso Braz de Sá	Prefeitura	99963-0134	tbraztarciso@hotmail.com	
03	Diogenes Zimiclus Noroelias	Prefeitura	991070062	ORNELASVOR@HOTMAIL.COM	
04	ACÍCIO PIRO RODRIGUES	CAMPA MENSILEIRA	99-169144	acicio.p.rodrigues@gmail.com	
05	Silmara Aparecida Campos	EMATER.MG SOC CIVIL	(31) 3534-05 89	sao.joaquim.bicas@emater.mg.gov.br	
06	Juliana Lopes Carvalho	SOCIEDADE CIVIL	997674159	secret.mesasmensal@saojoaquimdebicasmg.gov.br	
07	WELLINGTON ORNELAS	SOCIEDADE CIVIL	996345123	WELLINGTONORNELAS@YAHOO.COM.BR	
08	PEDRO HELEIQUES HELIOPOPO	UFMG	933641365	ph-heliodoro@hotmail.com	

Página 1 de 2

Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
Estado de Minas Gerais - C.G.C.: 01.612.516/0001-50

planoMetropolitano
Planos
Diretores RMBH
Municipais

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	Élton Roberto de Sá Lygadeira	Prefeitura	3639 3300	arquitetura.saojoaquimdebicas@gmail.com	Silvia P. V. S. Gomes
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					

Estado de Minas Gerais - C.G.C.: 01.612.516/0001-50

planoMetropolitano
Planos
Diretores RMBH
Municipais

LIS N°
Título da Reunião: LUME – Revisão Planos Diretores
Responsável: Horário: 09:00 Duração:
Local: Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Rafael Felipe Mendes	Prefeitura	99593 5599	rafaelufm@gmail.com	Rafael F. Mendes
02	Allegro Antônio Alvim Ribeiro	Engenheiro	99101-0012	allegroasvdr@hotmail.com	Allegro Ribeiro
03	Aécio Rios Martins	Contador Sócio	99468144	aecio.r.martins@ig.com	Aécio Rios Martins
04	Silmara Aparecida Cota Campos	SEC. CIVIL ENHTEC-MG	3534-0589	sao.joaquim.bicas@amaterg.gov.br	Silvana Campos
05	Cleisson E. Arcipreste	Prefeitura	36349000	Cleisson.bhz@oi.com.br	Cleisson E. Arcipreste
06	Leandro Braga de Sá	Prefeitura	99963-0189	leandrob@netmail.com	Leandro Braga
07	HARUNA HANNA	ARQUITETA SOC. CIVIL	98366-4343	haruna.hanna@hotmail.com	Haruna Hanna
08	Fuliana Lopes Soc. Evandro Soares	Prof. SOC. CIVIL	99164759 99952-2992	secret.muscmbh@bjoaquimdebicas.mg.gov.br evandro@thelover.com.br	Fuliana Lopes

Página 1 de 2

Estado de Minas Gerais - C.G.C.: 01.612.516/0001-50

planoMetropolitano
Planos Diretores RMBH
Municipais

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	PEDRO HENRIQUE HELIODORO	UFMG	973644765	ph-heliodoro@hotmail.com	Pedro Henrique Heliodoro
10	Elisa Ribeiro de Sá Aguiar	Procurador	35395000	arquit.krc.sae@uol.com.br	Elisa Ribeiro de Sá Aguiar
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					

Página 2 de 2

Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas
Estado de Minas Gerais - C.G.C.: 01.612.516/0001-50

planoMetropolitano
Planos Diretores RMBH
Municipais

LIS N° 22/09/2017
 Título da Reunião: LUME - Revisão Planos Diretores
 Responsável Horário: 09:00 Duração:
 Local: Prefeitura Municipal de São Joaquim de Bicas

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Rafael Jorge Lourenço	Prefeitura	996935599	plomadutor@ig.com.br	Rafael J. Lourenço
02	José Eduardo Soares	SOC. CIVIL HURANTOAS	999942709	esouza@thelouzer.com	José Eduardo Soares
03	Alagino Tomiccio de Bicas	Prefeitura	991090012	alagino5100@hotmail.com	Alagino Tomiccio de Bicas
04	Elisa Ribeiro de Sá Aguiar	Procurador	35395000	arquit.krc.sae@uol.com.br	Elisa Ribeiro de Sá Aguiar
05	PEDRO HENRIQUE HELIODORO	UFMG	973644765	ph-heliodoro@hotmail.com	Pedro Henrique Heliodoro
06	ALCÍDIO PINTO RODRIGUES	CÂMERA MUNICIPAL	99469144	alcidio.pinto@bicas.gov.br	Alcídio Pinto Rodrigues
07	Silvana Aparecida Costa Campos	EMATER MG SOC. CIVIL	3534-0589	lucy.joaquim.bicas@ematermg.gov.br	Silvana Aparecida Costa Campos
08	WELLINGTON DAMELAS	SOC. CIVIL	996345123	WELLINGTONDAMELAS@YAHOO.COM.BR	Wellington Damelas
	ARNALDO BATISTA	CÂMERA	99539900		Arnaldo Batista

Página 1 de 2

ANEXO VII – REGISTROS FOTOGRÁFICOS













ANEXO VIII – APRESENTAÇÃO OFICINA DE DIRETRIZES E PROPOSTAS PRELIMINARES



Oficina de Diretrizes e Propostas Preliminares

Teatro Municipal José Jacinto de Freitas – São Joaquim de Bicas, 25 de setembro de 2017



Programação

Plenária

1. Abertura | Credenciamento, Acolhida **30'**

Institucional, Apresentação dos Presentes, Pauta

2. Balizamento | Apresentação do Projeto e **1h**

Diagnóstico Síntese do município

Rodas de conversa **1h30'**

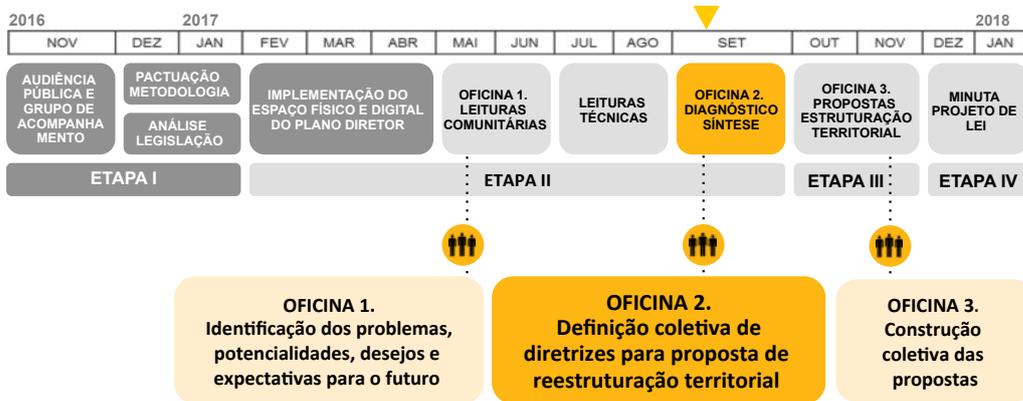
Questões instigadoras + Proposição de diretrizes

Plenária **30'**

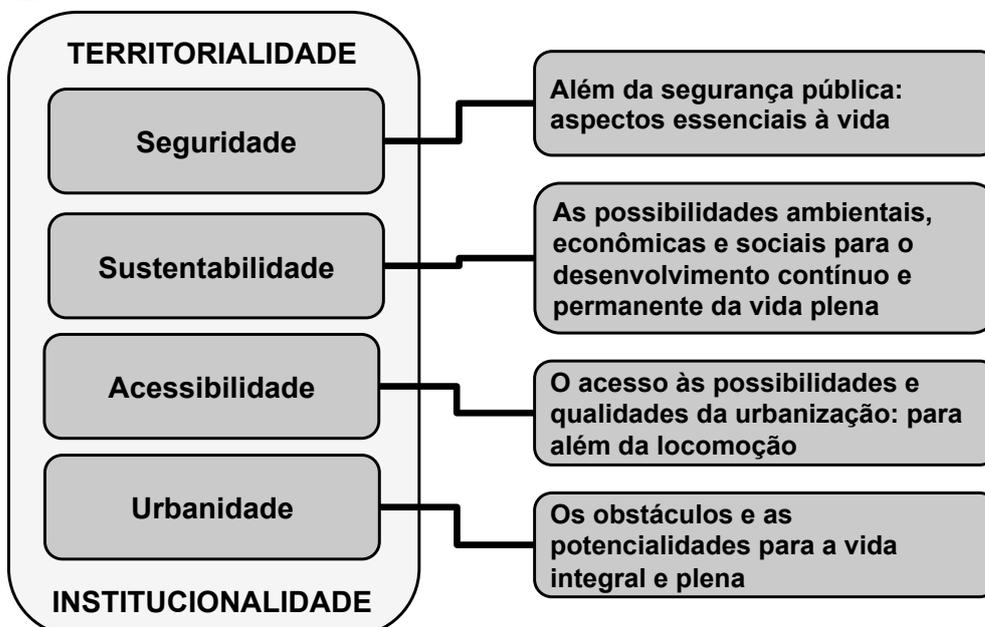
1. Relatos

2. Fechamento

Cronograma Geral do Projeto



O Diagnóstico: Eixos Temáticos Integradores



Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



O território de São Joaquim de Bicas é conformado a partir da interação e dois elementos naturais principais, a Serra do Itatiaiuçu, que delimita a divisa sul, e o Rio Paraopeba, que o circunda a leste e a norte



A localização da rodovia BR-381 no município acarreta algum desenvolvimento industrial em São Joaquim de Bicas, diretamente relacionado ao Distrito Industrial Citrolândia, situado em Betim, bem como a outros processos vinculados ao polo industrial do vetor oeste da RMBH



A indústria tem enfrentado dificuldades, o que tem levado à redução dos postos de trabalho. Além disso, a relação do município com a BR-381 facilita a contratação de trabalhadores de outros municípios e localidades



As estruturas minerárias têm impactado negativamente as nascentes ligadas às sub-bacias dos Córregos São Joaquim e Farofas. Tal situação se agrava uma vez que atividades anteriormente ligadas à MMX estão paralisadas ou sob operação restrita

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Aumento da participação do setor terciário na economia local, assumindo parte da lacuna deixada pela indústria. Comércio Varejista e setor de Transporte e Comunicações como maiores empregadores. Concentração dos estabelecimentos na sede



Potencial turístico latente no município, sobretudo com transbordamento das atividades do Inhotim. Carência em termos de políticas públicas e práticas de incentivo



Forte participação da agricultura em termos de geração de riqueza e com aumento dos postos formais de trabalho nos últimos 10 anos. Problemas com irrigação comprometem a atividade



Queda expressiva da participação da Indústria na composição do PIB local com incremento da participação da Administração Pública. Determinadas atividades (Química e Metalúrgica) apresentam aumento nos empregos formais

Diagnóstico em síntese: Seguridade e Sustentabilidade



Um percentual muito elevado do município 71,49% está inserido em áreas de risco geológico muito baixo, baixo e médio (18,06%, 26,29% e 27,14% respectivamente). As áreas de maior risco no município estão localizadas à sul da sede municipal e correspondem à áreas com solo pouco profundo e que apresentam também declividades médias e altas.



Há um alto índice de acesso ao abastecimento hídrico no município, com também grande disponibilidade hídricas. Contudo, ocorre o despejo de esgoto diretamente nos córregos.



Existe coleta seletiva, mas esta pode ser ampliada.



Grande importância agrícola na margem do córrego do Elias, na bacia do Açoita-Cavalo e na região da Farofa. Há um potencial municipal na produção para o abastecimento agropecuário de municípios vizinhos.



Há uma pressão forte para a urbanização do rural, inclusive em terras públicas institucionais, que hoje estão arrendadas para agricultura e que desejam que se transforme em atividade industrial. A questão hídrica também se coloca conflituosa com a produção agrícola.

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Crescimento informal e fragmentação da ocupação



Significativos problemas no acesso à infraestrutura urbana com focos de precariedade dispersos por todo o território, marcadamente na região sul do município



Dinâmica imobiliária intensa refletida na proporção de núcleos familiares que tem ônus excessivo com aluguel



Oferta de equipamentos de saúde e educação



significativamente inferior nas regiões periféricas, onde se observa uma ocupação precária e dispersa

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Baixa integração entre os territórios municipais, com baixa cobertura de transporte público



Ausência de infraestrutura e incentivo para deslocamentos não-motorizados (a pé e bicicleta)



Grande potencial de integração metropolitana pelo eixo oeste e sudoeste

Diagnóstico em síntese: Acessibilidade e Urbanidade



Possui base legal para a preservação do Patrimônio Cultural. Conselho operante.



Possui edificações, igrejas, imagens, documentos, celebrações, saberes e ofícios com proteção inicial pela realização de inventário.



Patrimônio Natural: Destaque para a Serra da Farofa – localizada no município dentro da APA da Serra da Farofa.



Patrimônio Cultural na Sede - Bicas Velha e no Povoado de Nossa Senhora da Paz - Farofas - Povoado de Fecho do Funil - Patrimônio Material e Imaterial- Edificações, igrejas, imagens, documentos, celebrações, saberes e ofício.



Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária de Fecho do Funil e entorno – importância histórica na formação urbana do município e região.



Delimitação de área de preservação do patrimônio natural do Conjunto Natural e Paisagístico da Serra da Farofa.



Realização do IPAC – IEPHA-MG. Acesso a recursos do ICMS P/ Cultural. Retomar. Aumentar o nível de proteção dos bens culturais.



Delimitação de Perímetro ou área de proteção no entorno da praça da Matriz - Bicas Velha. Necessário?



Requalificação do Conjunto Arquitetônico da Estação Ferroviária de Fecho do Funil e entorno - Povoado de Fecho do Funil



Delimitação de perímetro ou área de interesse de proteção do patrimônio cultural do povoado de Nossa Senhora da Paz - Farofa



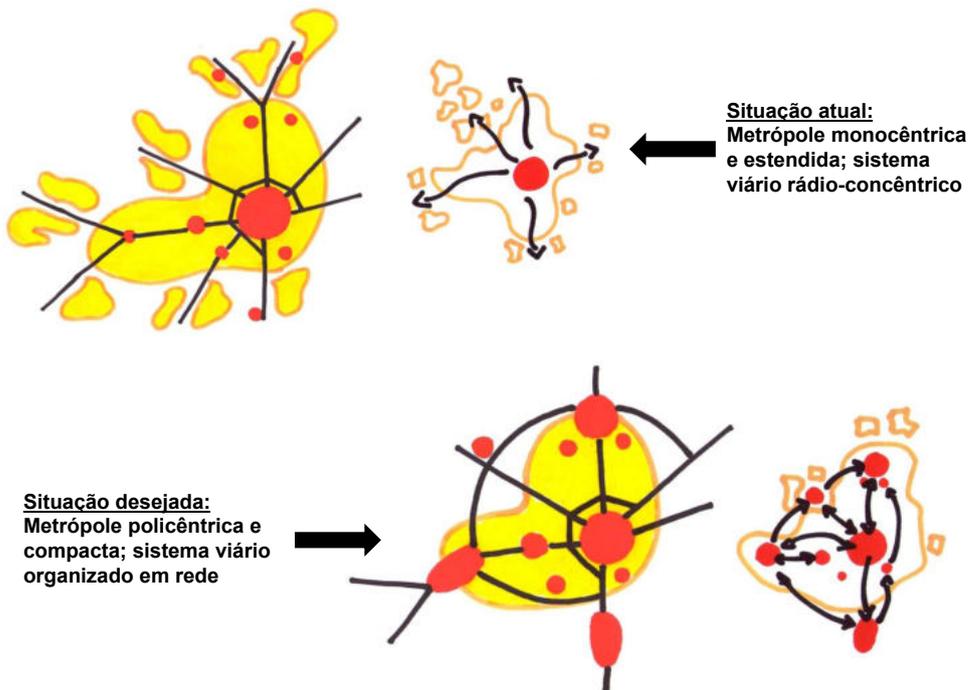
Ruínas da Mineradora Souza Noschese - área ambientalmente degradada - Patrimônio Industrial Reversão do território para uso cultural - requalificação ambiental

PDDI: Macro-Diretrizes de Reorganização Territorial e Propostas de Reestruturação Territorial

- Redução das desigualdades sócio-espaciais
- Transporte como indutor da ocupação e do uso do solo
- Mobilidade metropolitana organizada em rede
- Criação de novas centralidades
- Habitação como função estruturante
- Complexos Ambientais Culturais
- Proteção dos Recursos Hídricos
- Planejamento do crescimento da RMBH



- Criação e/ou fortalecimento de **centralidades urbanas em rede**
- **Rede metropolitana de mobilidade intermodal** eficiente e de baixo impacto ambiental: melhoria das possibilidades de articulação e deslocamento entre as várias porções da RMBH
- Estratégia de **descentralização concentrada**
- **Intensificação do uso do espaço urbano**
- **Contenção da expansão urbana periférica**
- Valorização e proteção das **áreas destinadas à produção agropecuária** e artesanal, e estímulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas na fronteira rural/urbana
- Ampliação das **áreas permeáveis urbanas**, restauração e revitalização de **cursos d'água**
- Consolidação das diretrizes de reestruturação territorial e territorialização das propostas do PDDI a partir de um **marco regulatório para a ocupação e uso do solo da RMBH**, e promoção da **gestão compartilhada** nos casos de prevalência do interesse metropolitano sobre o municipal





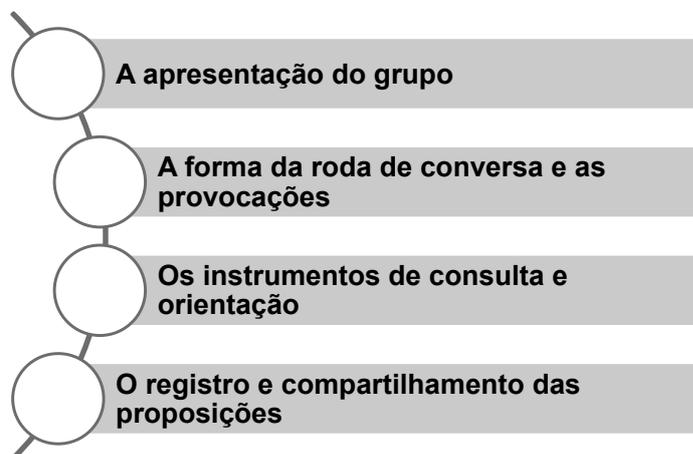
Do diagnóstico às propostas: a TVA



A Trama Verde Azul - TVA: A articulação dos eixos e os desafios para a elaboração de propostas

- Limites municipais
- Rede hidrográfica principal
- Lagos e represas
- Áreas de Proteção Permanente
- Áreas Protegidas
- UCs existentes com proteção efetiva
- Corredores ecológicos - SAP Vector Norte
- Propostas oficiais de novas UCs
- Áreas de proteção de mananciais
- Áreas com atividades agrícolas identificadas
- Atividades agrícolas identificadas
- Zoneamentos municipais
- Zonas de proteção ambiental
- Zonas de controle ambiental
- Zonas de interesse cultural/histórico/turístico
- Outras áreas de interesse
- Sítios Arqueológicos
- Cavidades
- Patrimônio ambiental e cultural
- Possíveis conexões

Dinâmica da oficina



Questões para debate (Grupo 1)

1. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento, prevenir a informalidade e lidar com os vazios? Como podemos melhorar a urbanização do município?
2. Como melhorar a integração entre os diversos territórios do município? Como estimular a descentralização de equipamentos e serviços?
3. Como lidar com a potencialidade de integração com o eixo sudoeste no rio Paraopeba (Betim e Mário Campos)? Como ampliar as condições de infraestrutura e diversidade econômica dos Distritos Industriais sem criar ainda mais impactos negativos sobre os bairros vizinhos?
4. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural e da agricultura do município? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?
5. Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul no município? Como minimizar os impactos da atividade minerária sobre as sub-bacias dos Córregos São Joaquim e Farofas?

Questões para debate (Grupo 2)

1. Quais as orientações para a identificação e a construção da Trama Verde e Azul no município? Como minimizar os impactos da atividade minerária sobre as sub-bacias dos Córregos São Joaquim e Farofas?
2. Quais diretrizes e políticas podem ser pensadas para o desenvolvimento do espaço rural e da agricultura do município? Como fortalecer a produção local, turismo, patrimônio e cultura?
3. Como lidar com a potencialidade de integração com o eixo sudoeste no rio Paraopeba (Betim e Mário Campos)? Como ampliar as condições de infraestrutura e diversidade econômica dos Distritos Industriais sem criar ainda mais impactos negativos sobre os bairros vizinhos?
4. Como melhorar a integração entre os diversos territórios do município? Como estimular a descentralização de equipamentos e serviços?
5. É necessário crescer? Que diretrizes e políticas podemos pensar para orientar o crescimento, prevenir a informalidade e lidar com os vazios? Como podemos melhorar a urbanização do município?

Espaço Digital Plano Diretor de São Joaquim de Bicas

www.rmbh.org.br/plano/saojoaquimdebicas

Processo de Revisão
planoDiretor

SÃO JOAQUIM DE BICAS

HISTÓRICO E INFORMAÇÕES

PLANO DIRETOR

INFORMES E AGENDA

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL E PRODUTOS PLANO DIRETOR

FÓRUM VIRTUAL

MAPAS COLABORATIVOS

PERFIL MUNICIPAL

GALERIA DE FOTOS

CONTATO

Política de Regulação e Uso do Solo
Programa de apoio aos municípios
PDOC-RMBH

PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOAQUIM DE BICAS

UFMG

MINAS
GERAR

Site desenvolvido pela Equipe PDM
© 2017 planoMetropolitano RMBH/LUFMG

www.rmbh.org.br:8081/plano/documentos.php?mun=sao_joaquim_de_bicas

Obrigado!

Para mais informações, entre em contato conosco:

(31) 3234-0301

mobs@rmbh.org.br

geop@rmbh.org.br

sabrina.rocha@agenciarmbh.mg.gov.br

julia.laborne@agenciarmbh.mg.gov.br

www.rmbh.org.br/plano/saojoaquimdebicas

<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/>

<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais
PDDI-RMBH

planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

UF *m* G

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

**MINAS
GERAIS**
GOVERNO DE TODOS

Processo de Revisão
planoDiretor
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM DE BICAS



AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DA REGIÃO METROPOLITANA
DE BELO HORIZONTE

